

RELATÓRIO ANUAL 2021

CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL



FICHA TÉCNICA

Título: Contratação Pública em Portugal 2021

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt

Data de edição: novembro 2022

Os valores apresentados com referência à fonte “portal BASE” (www.base.gov.pt) foram apurados com recurso à ferramenta Power BI

Siglas

ALC	Acima dos limiares comunitários
BS	Bens e Serviços
CCP	Código dos Contratos Públicos.
CPV	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
ICPEP	Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal
IM(alc)	Índice de Manchester (acima dos limiares comunitários)
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
K	Milhar
ME	Milhões de euros
OP	Obras Públicas
PE	Plataformas Eletrónicas
PIB	Produto Interno Bruto
pp	Pontos Percentuais

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL	8
3. MONTANTE DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	11
3.1. ESTATÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA	11
3.1.1. EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS	11
3.1.2. PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) .	12
3.1.3. CONTRATOS PÚBLICOS E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)	13
3.1.4. PROCEDIMENTOS INICIADOS VERSUS CONTRATOS CELEBRADOS.....	14
3.2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA POR TIPO DE CONTRATO.....	16
3.3. CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO E DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS	18
3.3.1. CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO DE CONTRATAR.....	18
3.3.2. DISTRIBUIÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS POR MÊS	20
3.4. CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO	21
3.5. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS VERSUS PROCEDIMENTOS POR CONVITE .	24
3.5.1. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS.....	26
3.5.2. AJUSTES DIRETOS.....	28
3.5.3. CONSULTA PRÉVIA	39
4. PROJEÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DOS CONTRATOS CELEBRADOS ...	43
5. DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO	49
6. MODALIDADE DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	52
6.1. «MONOFATOR» VS «MULTIFATOR»	52
6.2. «MULTIFATOR»: PESO DO FATOR PREÇO.....	54
6.3. PREÇOS ANORMALMENTE BAIXOS.....	55
7. CONTRATOS POR CLASSIFICAÇÃO “VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS” (CPV)	62
8. INTERVENIENTES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	64

8.1. ENTIDADES ADJUDICANTES	64
8.2. ADJUDICATÁRIOS	67
8.2.1. ORIGEM DOS ADJUDICATÁRIOS NÃO NACIONAIS	68
8.3. PLATAFORMAS ELETRÓNICAS	69
8.3.1. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2021, DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM AS PLATAFORMAS ELETRÓNICAS DE CONTRATAÇÃO	69
8.3.2. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2021 POR PLATAFORMA POR ONDE TRAMITARAM OS RESPETIVOS PROCEDIMENTOS	71
9.1. DESVIO DE PREÇOS.....	74
9.2. DESVIO DE PRAZOS	78

1. Introdução

1. INTRODUÇÃO

O Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC) procede à publicação do relatório anual sobre a contratação pública em Portugal relativo ao ano de 2021, com o qual se pretende divulgar os principais indicadores relativos à contratação pública e potenciar um melhor conhecimento desta área, à semelhança do já sucedido em anos anteriores¹ recorrendo à ferramenta Power BI.

Este relatório é possível pela existência do portal BASE, que constitui o repositório dos contratos públicos, criado no âmbito da reforma introduzida na contratação pública em 2008, designadamente no que respeita à introdução, com carácter obrigatório, da contratação pública eletrónica.

Integrado no modelo de contratação pública eletrónica que o nosso país adotou em 2009, o portal BASE, para além do papel relevante em sede de transparência e prestação de contas, designadamente pelo seu livre acesso, também permite a elaboração de análises que de outro modo não seriam passíveis de serem feitas, pelo menos nos mesmos moldes, com as quais o conhecimento concreto sobre a contratação pública em Portugal é certamente maior, permitindo uma decisão mais informada aquando do desenho de políticas públicas.

Sendo evidente o carácter inovador do modelo português de contratação pública eletrónica, designadamente a previsão de um portal com as características e os objetivos do portal BASE, e com a transposição das diretivas da contratação pública de 2014² para o ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que veio alterar o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2018, bem como posteriores alterações, nomeadamente através da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, o presente relatório procura ainda adaptar-se às mudanças e espelhar a informação decorrente das mesmas.

¹ Relatórios relativos aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 disponíveis no portal do IMPIC (<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/relatorios-e-dados-estatisticos/relatorios-de-contratacao-publica>) e no portal BASE (<http://www.base.gov.pt/Base/pt/Relatorios>).

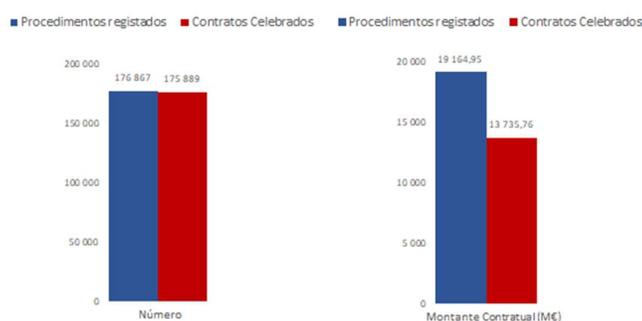
² Diretivas 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas de 28 de março.

2. A Contratação Pública Eletrónica em Portugal

2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL

No ano de 2021 foram registados no portal BASE 176 867³ procedimentos cujo respetivo preço base⁴ ascendeu a 19 164 milhões de euros. No mesmo período, o número de contratos celebrados e reportados ao portal BASE – independentemente do ano de início do procedimento – foi de 175 889, a que corresponderam 13 735 milhões de euros em termos de valores contratuais (os valores agregados excluem os Ajustes Diretos Simplificados e a Contratação Excluída).

Gráfico 1 – Contratação pública em 2021

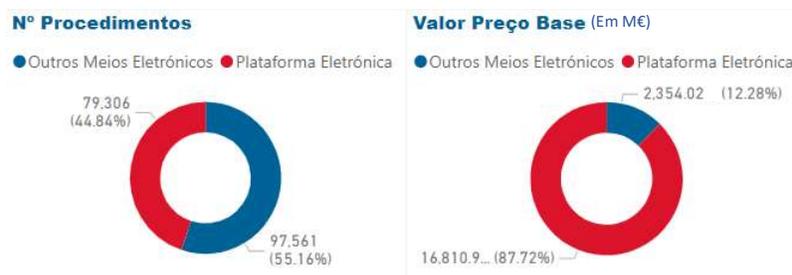


Fonte: portal BASE (outubro

2022)

Dos procedimentos iniciados durante o ano de 2021, a percentagem de procedimentos cuja tramitação decorreu através de uma das cinco plataformas eletrónicas certificadas para a contratação pública (PE) foi de 55,16%, resultante em parte da não obrigatoriedade de tramitação dos ajustes diretos e das consultas prévias nas plataformas⁵.

Gráfico 2 – Contratação pública eletrónica em Portugal em 2021: peso do número de procedimentos tramitados em Portugal



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

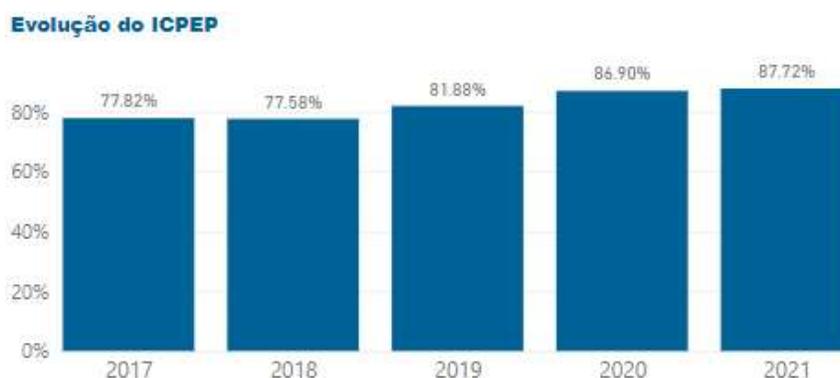
³ Incluindo-se, neste número, todos os procedimentos de contratação, exceto os ajustes diretos simplificados e a contratação excluída.

⁴ Preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, incluindo eventuais renovações do contrato (art.º 47.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos).

⁵ Plataformas de empresas que foram licenciadas e certificadas pelo IMPIC e pelo GNS nos termos do art.º 7.º e do art.º 8.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

A representatividade da contratação tramitada por plataformas eletrónicas foi mais significativa quando nos reportamos aos valores monetários inerentes aos procedimentos de contratação: a soma dos preços base dos procedimentos tramitados por plataformas de contratação pública.

Gráfico 3 – Evolução do ICEP



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

O Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal (ICEP) – índice que pretende monitorizar o peso da contratação pública tramitada através de plataformas que atualmente estão devidamente certificadas para assegurar os procedimentos de contratação pública (somatório dos valores inerentes aos procedimentos decorridos através de PE, face ao somatório do preço base de todos os procedimentos abertos) foi, em 2021, 87,72%. Em 2021, o valor do índice foi superior ao registado nos anos anteriores.

Uma vez que os procedimentos concursais⁶ são, obrigatoriamente, tramitados através de plataformas eletrónicas para a contratação pública, o valor deste indicador depende da evolução dos procedimentos de contratação iniciados com recurso ao ajuste direto e à consulta prévia - os quais tiveram um incremento no seu peso relativo - dado que, nestes procedimentos, a utilização de uma plataforma pública de contratação está sujeita à discricionariedade da entidade adjudicante.

⁶ Concursos públicos, concursos limitados, procedimento de negociação, diálogo concorrencial e parceria para a inovação (Procedimentos com anúncio em Diário da República).

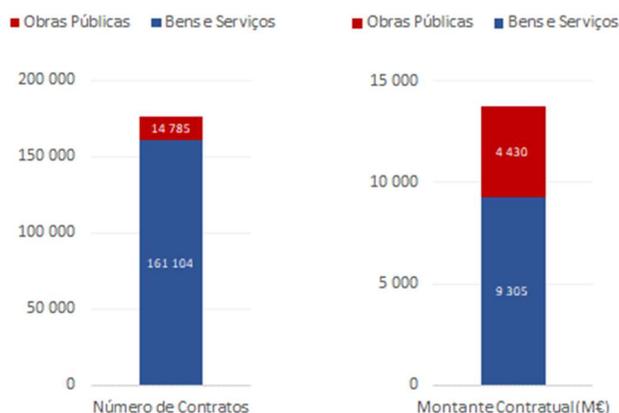


3. Montante da Contratação Pública

3. MONTANTE DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2021, os contratos públicos reportados ao portal BASE⁷ atingiram 13,74 mil milhões de euros, em resultado de 175 889 contratos celebrados.

Gráfico 4 – Os contratos públicos, em Portugal, no ano de 2021: números globais



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.1. ESTATÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.1.1. EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Face aos anos precedentes, em 2021 observou-se um aumento do número de contratos públicos reportados ao portal BASE. Esta alteração foi especialmente notada ao nível das obras públicas assim como nos bens e serviços, com variações face ao ano anterior de +18,6% e 18,9%, respetivamente.

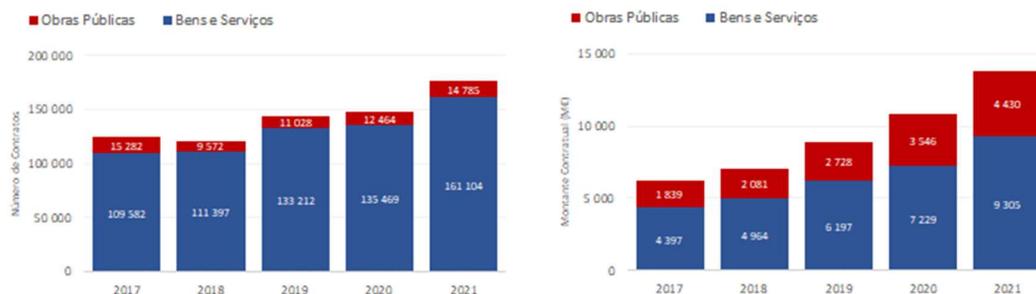
Relativamente aos montantes contratuais, face ao ano de 2020 registou-se um aumento global de 27,5% (+2 960 milhões de euros). Esta variação decompõe-se numa variação positiva de +28,7%, no

⁷ Cumpre alertar (como tem sido feito nos relatórios precedentes) para a possibilidade de os contratos reportados não serem, efetivamente, todos os contratos celebrados por entidades adjudicantes. Para além de entidades que possam não ter procedido ao registo dos seus contratos por desconhecimento, ou por outras razões, existem outros contratos que, atenta a natureza e o enquadramento jurídico, poderão não ter sido integralmente reportados ao portal BASE, designadamente:

- a) Os contratos cujo preço contratual seja inferior a 5 000 euros;
- b) Os contratos de aquisição de serviços de água e energia elétrica;
- c) Os contratos das entidades inseridas nos sectores especiais (água, energia, transportes e serviços postais) abaixo dos limiares comunitários;
- e) Os contratos resultantes de procedimentos não sujeitos à parte II do CCP, nos termos do respetivo artigo 5.º (ex: contratação “in house”).

caso dos bens e serviços, isto é, +2 076 milhões de euros face a 2020, e uma variação de +24,9% no caso das obras públicas (correspondentes a 884 milhões de euros).

Gráfico 5 – Os contratos públicos, em Portugal, nos anos de 2017 a 2021: números globais



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.1.2. PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

No ano de 2021, o peso dos valores contratuais comunicados ao portal BASE representou 6,40% do PIB, que face ao ano anterior representa um acréscimo de 1,19 p.p.

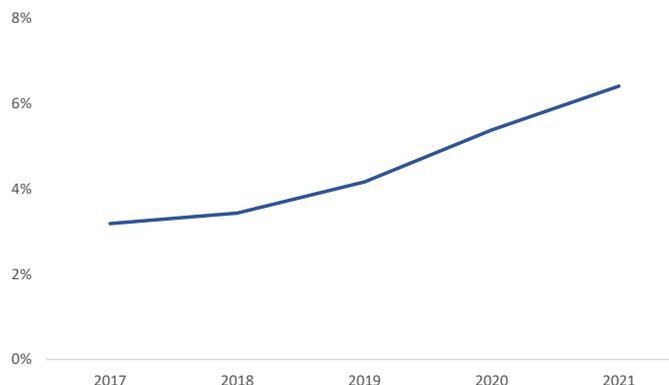
Quadro 1 – A contratação pública comunicada em Portugal: peso no PIB

Ano	PIB (M€)	PIB Var. %	Valor Contratual (M€)	Peso Contratação face ao PIB	Valor Contratual (Data Celebração, Hom., Var. %)
2017	195 947,20		6 235,19	3,18%	
2018	205 184,10	4,71%	7 045,29	3,43%	12,99%
2019	214 374,60	4,48%	8 925,03	4,16%	26,68%
2020	200 518,90	-6,46%	10 775,26	5,37%	20,73%
2021	214 470,70	6,96%	13 735,76	6,40%	27,47%

Fonte: portal BASE (outubro 2022), para os dados da contratação pública
INE Contas Nacionais Trimestrais (Data da última atualização: 23-09-2022) para os dados do PIB

O peso que os contratos públicos reportados ao portal BASE, têm no PIB em 2021, ficaram pelos 6,40%, esta é uma tendência que tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Gráfico 6 – A contratação pública em função do PIB



Fonte: portal BASE (outubro 2022)
INE Contas Nacionais Trimestrais

3.1.3. CONTRATOS PÚBLICOS E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)

No caso dos contratos públicos respeitantes a obras públicas reportadas ao portal BASE, de 2020 para 2021 aumentaram para 4 435 milhões de euros, a que corresponde a um acréscimo de 25%.

Com o aumento no valor dos contratos de obras públicas reportados ao portal BASE, a relação entre o montante contratual e a formação bruta de capital fixo na construção aumentou em 1,81 pontos percentuais, passando a representar 18,81% daquele indicador.

Quadro 2 – A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção (milhares de euros)

Ano	Formação Bruta Capital Fixo - Construção (M€)	Formação Bruta Capital Fixo - Construção Var. %	Valor Contratual (M€)	Valor Contratual (Data Celebração, Hom., Var. %)	Peso Contratação face à FBCF - Construção
2017	16 262,40		1 838,66		11,31%
2018	17 949,80	10,38%	2 081,48	13,21%	11,60%
2019	20 134,90	12,17%	2 728,34	31,08%	13,55%
2020	20 868,20	3,64%	3 547,02	30,01%	17,00%
2021	23 580,20	13,00%	4 434,72	25,03%	18,81%

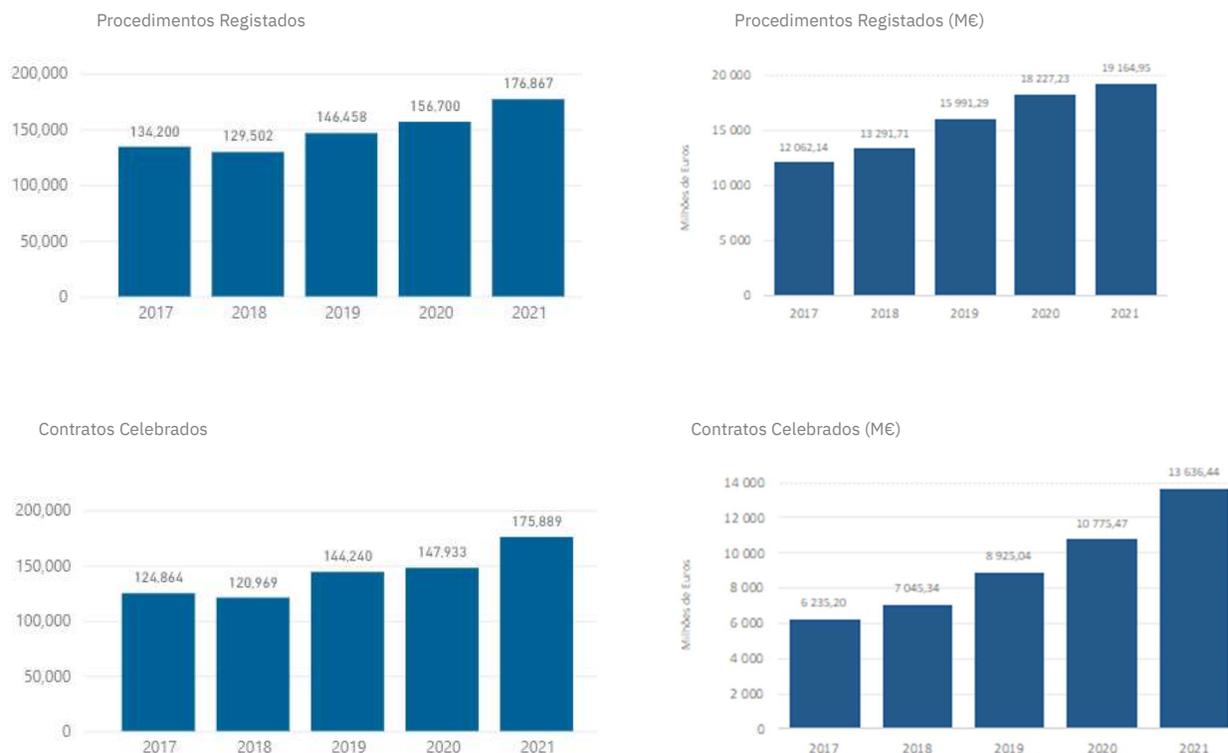
Fonte: portal BASE (outubro 2022), para os dados da contratação pública
INE Contas Nacionais Trimestrais (Data da última atualização: 23-09-2022) para os dados do FBCF

3.1.4. PROCEDIMENTOS INICIADOS VERSUS CONTRATOS CELEBRADOS

Como referido atrás, no ano de 2021 foram reportados ao portal BASE 176 867 procedimentos iniciados (a que corresponderam 19 165 milhões de euros de preço base) e 175 889 contratos (traduzidos em 13 740 milhões de euros de preço contratual).

Por comparação com o ano de 2020, em 2021 constatou-se um aumento no número de novos procedimentos (mais 20 167 procedimentos, ou seja, +13%), assim como um aumento no número de novos contratos (mais 27 956 novos contratos, isto é, +19%).

Gráfico 7 – Comparação do número de procedimentos iniciados com o número de contratos celebrados e do valor do preço base dos procedimentos iniciados com os montantes contratuais: evolução 2017 a 2021



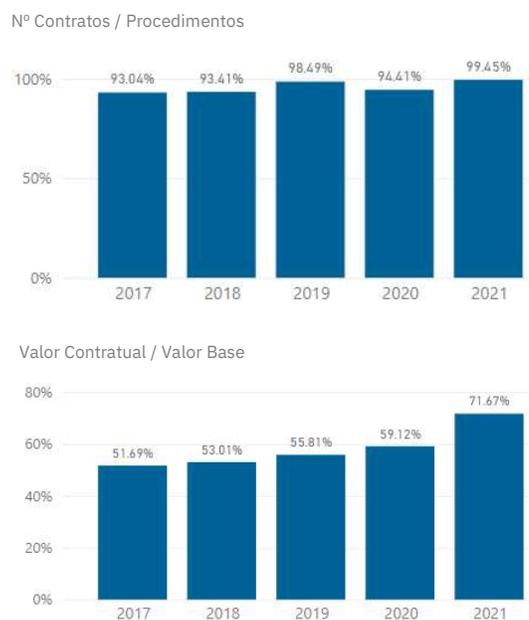
Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Nos valores associados aos procedimentos e contratos em causa, no ano de 2021 o valor agregado do preço base dos procedimentos iniciados aumentou em 937 milhões de euros, registando-se também um aumento nos valores contratuais que tiveram um acréscimo de 2 964 milhões de euros face a 2020.

Embora sejam conceitos distintos⁸, é possível, ainda assim, relacionar os procedimentos com os contratos celebrados no mesmo período. A relação entre o número de contratos celebrados e o número de procedimentos de contratação iniciados em 2021 foi, pois, de 99,5%, em termos de números, e de 71,7%, em termos de montantes contratuais.

Face ao ano de 2020, registou-se um acréscimo no grau de conclusão dos procedimentos, isto é, a relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no ano, no que respeita ao número de contratos (+5,0 p.p.) e no que respeita ao valor (+12,6 p.p.).

Gráfico 8 – Relação entre os contratos celebrados e os procedimentos iniciados no mesmo ano: evolução 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

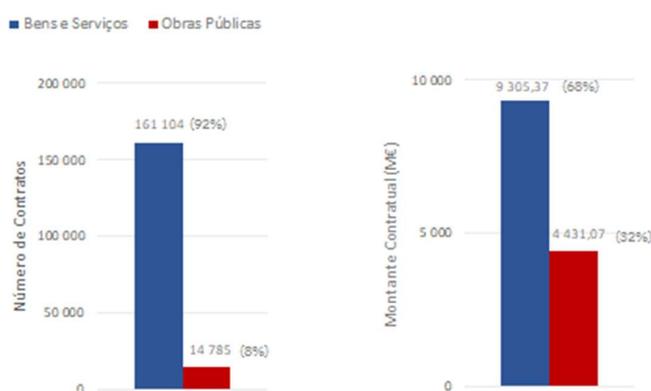
⁸ O procedimento de contratação traduz-se na instauração de um procedimento que se espera vir a originar a celebração de um contrato. É, todavia, possível que alguns procedimentos não resultem em contrato, seja por não haver concorrentes, por a entidade adjudicante ter, entretanto, decidido não adjudicar, ou por outros motivos.

Em sentido inverso, é possível que a um determinado procedimento correspondam vários contratos. Será disso exemplo os contratos por lotes ou os contratos celebrados ao abrigo de acordos-quadro.

3.2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA POR TIPO DE CONTRATO

Do número de contratos reportados ao portal BASE no ano de 2021, a grande maioria (92%) respeita a aquisição de bens e serviços. No que respeita aos montantes contratuais, os bens e serviços foram, igualmente, maioritários, ainda que com uma menor expressão relativa (68%).

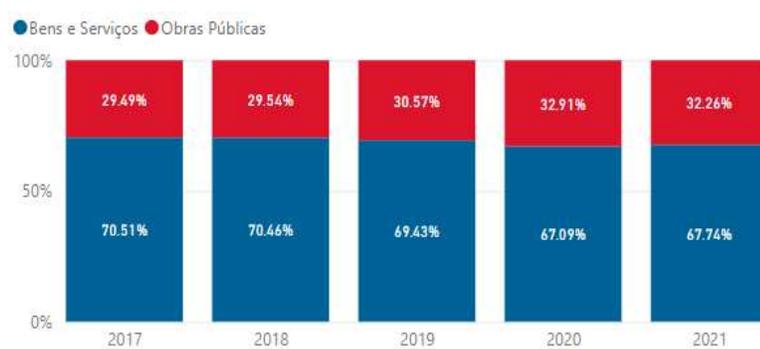
Gráfico 9 – Contratação Pública por tipo de contrato, em 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

A estrutura dos contratos públicos em 2021 continuou a inverter ligeiramente a tendência que se tem observado desde 2010 (constatado nos primeiros relatórios da contratação pública), em que o peso dos contratos relativos a obras públicas⁹ tem vindo a descer relativamente à aquisição de bens e serviços. Se em 2010 os contratos relacionados com obras públicas representavam a maioria do valor total dos contratos públicos, em 2021 o seu peso ficou-se pelos 32%.

Gráfico 10 - Peso relativo dos Bens e Serviços face às Obras Públicas por Montantes Contratuais: 2017 a 2021



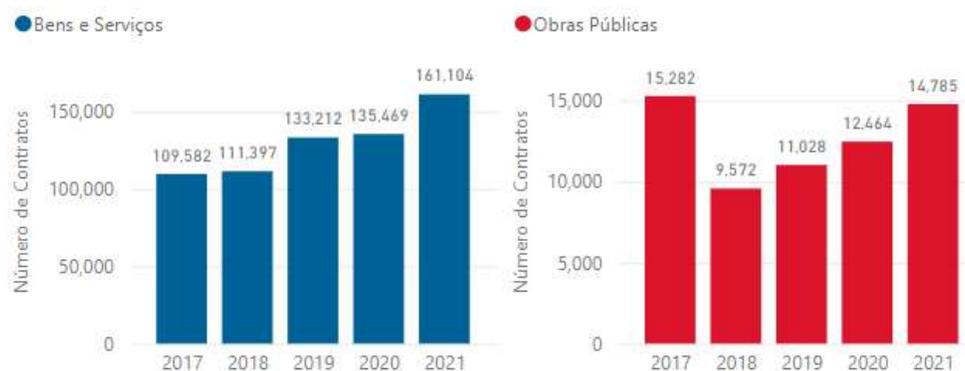
⁹ Considerando-se incluído nas «obras públicas» os serviços relacionados com obras públicas.

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

O número de contratos de bens e serviços celebrados em 2021 representa um acréscimo de 19 % face ao ano de 2020 (+25 635), e um acréscimo de 47% (+51 522) face ao ano de 2017.

Já no que respeita às obras públicas, manteve-se a tendência do último ano, e em 2021 registou-se um aumento do número de contratos, sendo a variação de +18% (+ 2 321) face a 2020.

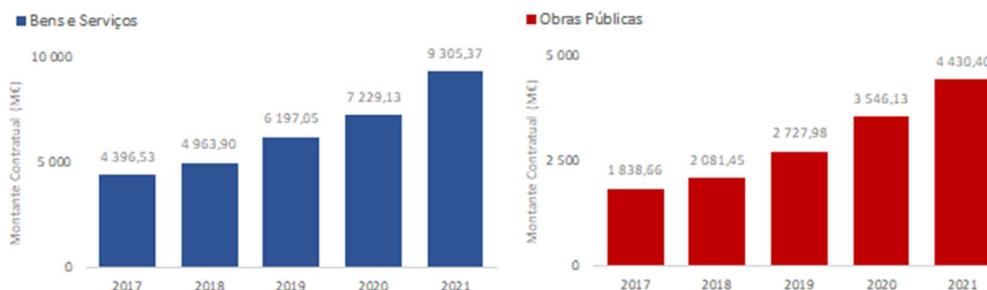
Gráfico 11- Número de contratos celebrados nos anos de 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Relativamente ao valor dos contratos celebrados de bens e serviços, registou-se um aumento de 28,7% (2 076 milhões de euros) face a 2020. Quanto às obras públicas, registou-se uma variação de +24,9% (+885 milhões de euros).

Gráfico 12 - Valor dos contratos celebrados nos anos de 2017 a 2021 (em Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Quanto ao valor médio por contrato, no caso das obras públicas, em 2021 foi de 224 729,56 €, o que representou um decréscimo face ao ano de 2020 de 30,0%, (-96 411,79 € por contrato). No caso dos bens e serviços, o valor médio deste tipo de contratos em 2020 foi de 47 550,66 €, traduzindo uma quebra de 18,5% (-10 757,50 € por contrato) face ao ano de 2020.

Gráfico 13- Valor médio dos contratos celebrados nos anos de 2017 a 2021 (Euros)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.3. CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO E DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS

3.3.1. CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO DE CONTRATAR

Analisando os contratos por ano de decisão de contratar, constata-se que 82,3% dos contratos celebrados em 2021 resultam de procedimentos de contratação iniciados no próprio ano. Apenas 15,4% dos contratos haviam sido iniciados no ano de 2020, podendo-se considerar como residuais os contratos celebrados em 2019 decorrentes de procedimentos iniciados antes de 2019.

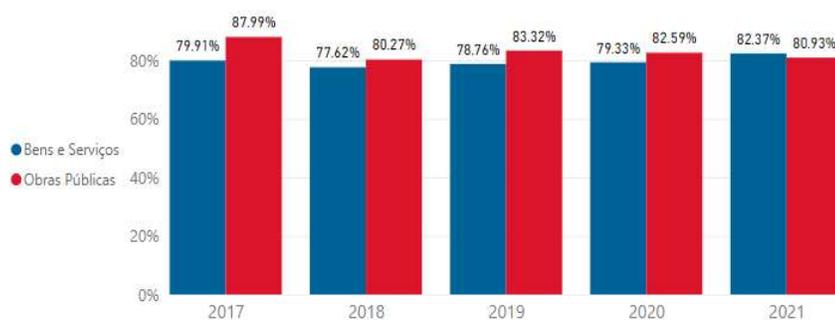
Quadro 3 - Contratos celebrados em 2021 por ano de decisão

Tipo Contrato	2011	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Bens e Serviços		3	13	116	222	704	2,721	24,619	132,706	161,104
Obras Públicas	1		1	52	40	134	166	2,426	11,965	14,785
Total	1	3	14	168	262	838	2,887	27,045	144,671	175,889

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Comparando os anos de 2020 e 2021, podemos constatar que, neste último ano, os contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano, foi ligeiramente superior no caso nos bens e serviços e ligeiramente inferior no caso das obras públicas.

Gráfico 14 - Percentagem dos contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Dos contratos de obras públicas celebrados em 2021 é possível notar uma diferenciação no valor médio dos contratos (consoante o ano de abertura do procedimento), traduzindo-se no aumento do valor médio do contrato consoante o ano de abertura do procedimento de contratação tenha sido mais recente, no caso dos bens e serviços o valor médio é mais estável nos últimos anos (verificando-se uma diminuição no último ano).

Gráfico 15 - Valor médio dos contratos celebrados em 2021 em função do ano de decisão do procedimento (Euros)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.3.2. DISTRIBUIÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS POR MÊS

Analisando a distribuição do número de contratos públicos celebrados ao longo dos meses, constata-se que o menor número de contratos celebrados aconteceu em junho e outubro.

No que respeita aos valores contratuais, a distribuição, variou entre 5,77% (outubro) e 16,21% (em janeiro).

Em termos de valores médios dos contratos, registou-se uma oscilação ao longo do período, sendo o mês de janeiro o mês com o maior valor médio (167 382,4 €).

Gráfico 16 - Distribuição dos contratos celebrados, por mês



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.4. CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Dos contratos celebrados durante o ano de 2021, o tipo de procedimento a que se recorreu com maior frequência foi o ajuste direto, representando 53,2% do número total de procedimentos, seguindo-se a consulta prévia (21,9%). Em termos de montantes contratuais, o seu peso relativo foi menor (17,6% e 9,9% respetivamente).

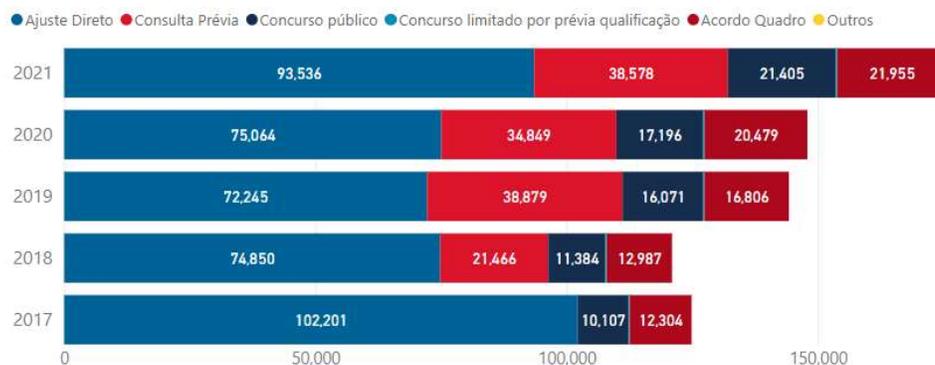
Gráfico 17 - Contratação Pública por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Em termos de número de contratos, registou-se um aumento global (+18,9%), sendo de destacar o aumento dos ajustes diretos. O número de contratos decorrentes de acordos-quadro, parecendo subavaliado em anos anteriores, sobe nos anos mais recentes, e em 2021 foram registados 21 955 contratos. Nos outros procedimentos estão incluídos aqueles com menos expressão (diálogo concorrencial, disponibilização de bens imóveis, procedimento de negociação e parceria para a inovação).

Gráfico 18 - Número de contratos por tipo de procedimento: evolução 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No que respeita aos montantes contratuais, a variação também foi positiva (+26,6%). Neste âmbito destacaram-se percentualmente os procedimentos por concurso público, com uma variação positiva de +53,71%.

Gráfico 19 – Montantes contratuais por tipo de procedimento: evolução 2017 a 2021 (milhões de euros)



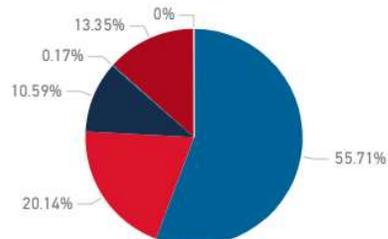
Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Analisando a utilização dos diversos procedimentos de contratação por tipo de contratos, constatamos que o peso dos ajustes diretos é mais relevante no caso dos bens e serviços (55,7%) do que nas obras públicas (25,7%). O mesmo já não sucede com os procedimentos por Consulta Prévia, mais relevantes nos contratos de obras públicas (41,4%) do que nos contratos de aquisição de bens e serviços (20,1%).

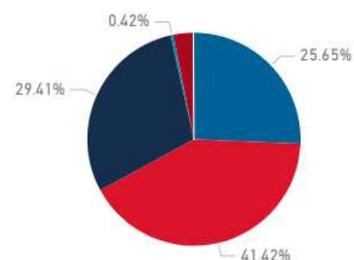
Gráfico 20 - Número de contratos por tipo de procedimento (2021)

Bens e serviços

● Ajuste Direto ● Consulta Prévia ● Concurso público ● Concurso limitado por... ● Acordo Quadro ● Outros



Obras Públicas



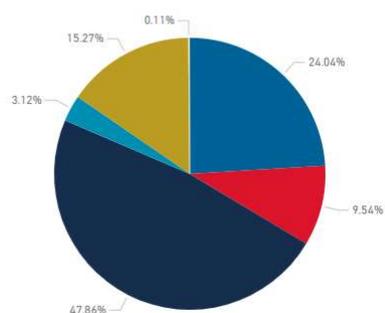
Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Por montantes contratuais, os contratos decorrentes de procedimentos por concurso público são maioritários nas obras públicas (78,1%) assim como nos bens e serviços (47,9%). Os contratos celebrados na sequência de ajustes diretos são mais relevantes no caso de aquisição de bens e serviços (24,0%), representando 4,1% dos contratos de obras públicas.

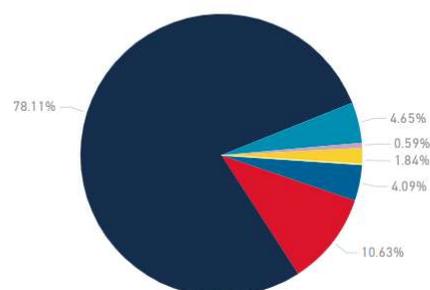
Gráfico 21- Montantes contratuais por tipo de procedimento (2021)

Bens e Serviços

● Ajuste Direto ● Consulta Prévia ● Concurso público ● Concurso limitado por prévia qu... ● Acordo Quadro ● Outros



Obras Públicas

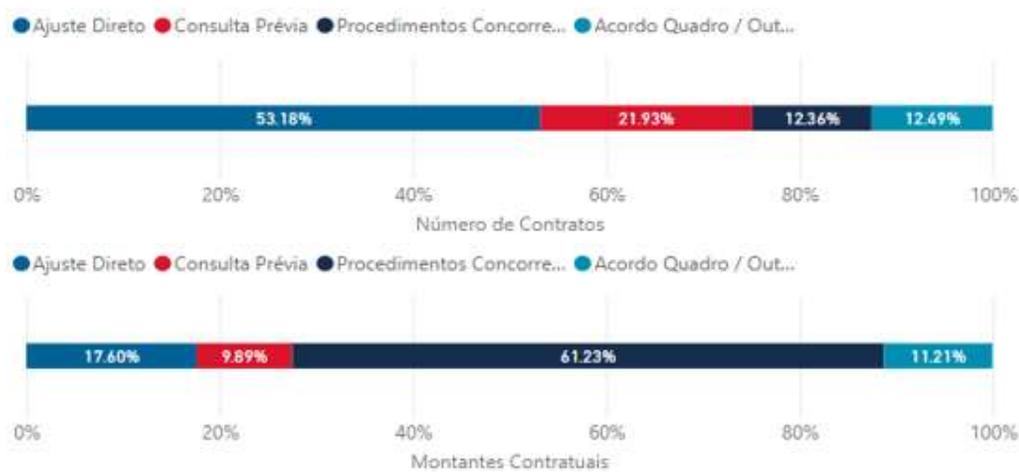


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.5. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS VERSUS PROCEDIMENTOS POR CONVITE

O peso dos contratos precedidos por procedimentos concursais (concursos públicos e concursos limitados por prévia qualificação) em termos de número de contratos, foi de 12,4%, em 2021, mas de 61,2% no que respeita aos valores contratuais. Já os contratos precedidos por procedimentos de ajuste direto e consulta prévia representaram 75,1% do número total de contratos e 27,5% dos montantes contratuais celebrados em 2021.

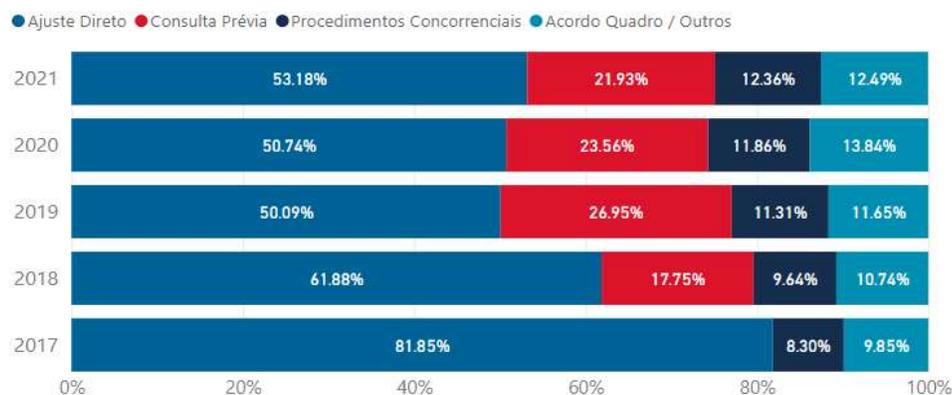
Gráfico 22 - Contratação Pública em 2021 por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Importa salientar o acréscimo do número de procedimentos por consulta prévia, (procedimento criado em 2018) representando 21,9% dos procedimentos em 2021, e que conjuntamente com o ajuste direto detêm 75,1%. Verificou-se uma diminuição do peso relativo do número de procedimentos por ajuste direto, que passaram de um peso de 61,9% em 2018 para 53,2% em 2021.

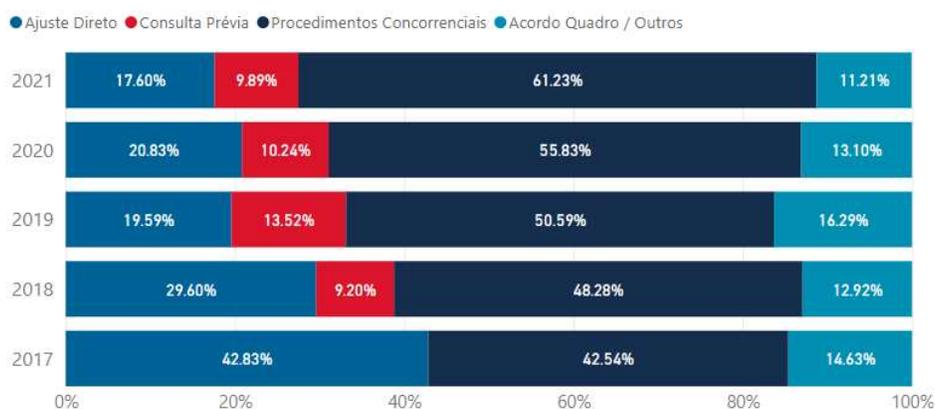
Gráfico 23 - Peso relativo dos procedimentos, em razão do número, nos anos de 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Analisando o peso dos contratos por montante contratual, os procedimentos por ajuste direto deixaram de representar grande parte dos contratos celebrados, embora juntamente com a consulta prévia representem 27,5% dos contratos.

Gráfico 24 - Peso relativo dos procedimentos, em razão dos montantes contratuais, nos anos de 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.5.1. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

O número e os montantes contratuais dos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais ganharam algum espaço em relação aos demais procedimentos em termos da sua representatividade na contratação pública, no ano de 2021.

Nos procedimentos concursais, 82,54% (49 781) do número de contratos, correspondentes a 57,64% (5 632 milhões de euros) dos montantes contratuais respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 17,46% dos contratos (10 534) e 42,36% (4 142 milhões de euros) dos montantes contratuais relativos a contratos relacionados com obras públicas.

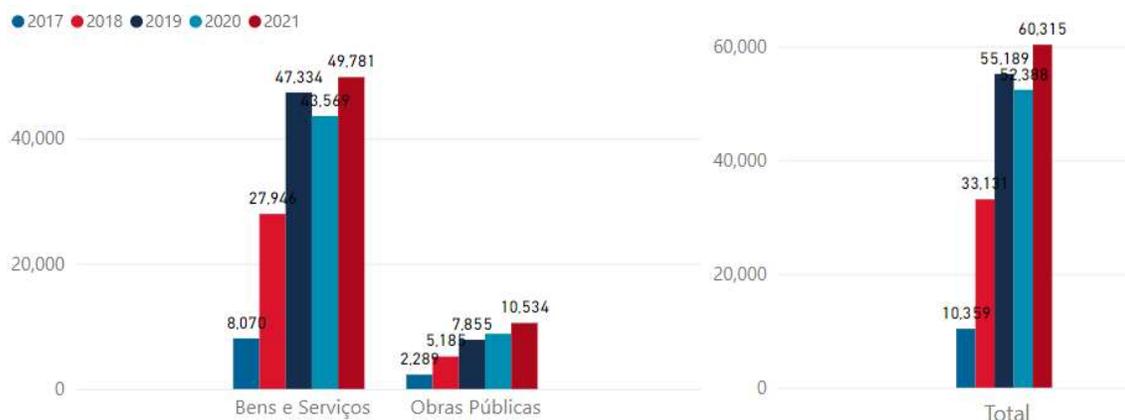
Gráfico 25 - Contratos decorrentes de procedimentos concursais em 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Face ao ano de 2020, os dados apurados denotam um aumento do número de contratos reportados no caso das obras públicas (19%), já no caso dos bens e serviços registou-se um acréscimo de (14%).

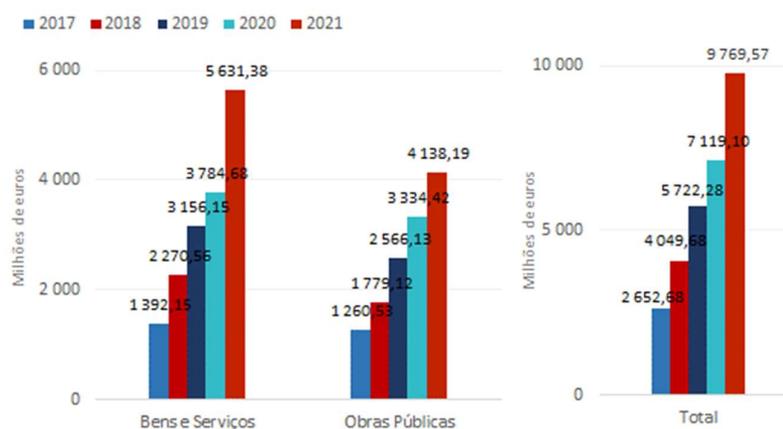
Gráfico 26 - Número de contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Analisando por montantes contratuais, registou-se um aumento dos valores (37%), justificado pelo aumento tanto no caso das obras públicas (24%) como no caso dos bens e serviços (62%).

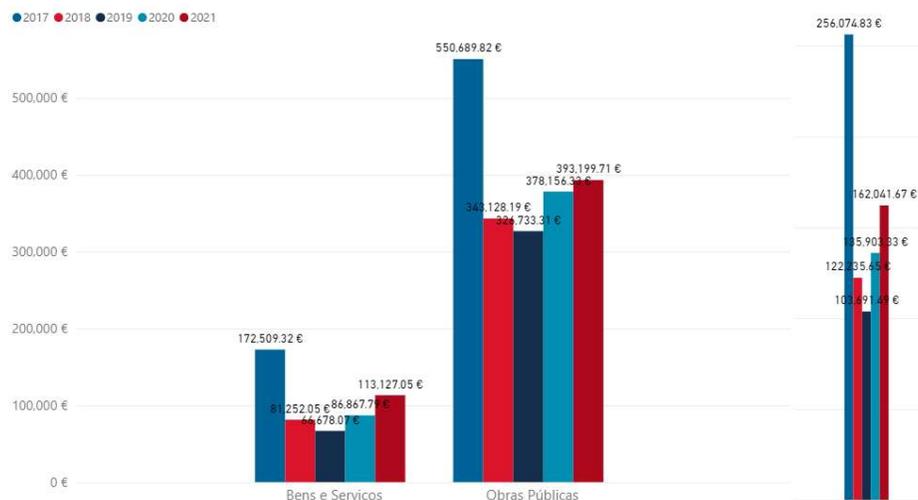
Gráfico 27 - Montantes dos contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2017 a 2021 (Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No que respeita ao valor médio dos contratos celebrados em 2021 decorrentes de procedimentos concursais, por comparação com 2020, assistiu-se a um aumento no caso de aquisição de bens e serviços (+30,2%), assim como nos contratos relacionados com obras públicas (+39,8%).

Gráfico 28 - Valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concursais, por tipo de contrato: 2017 a 2021 (Euros)



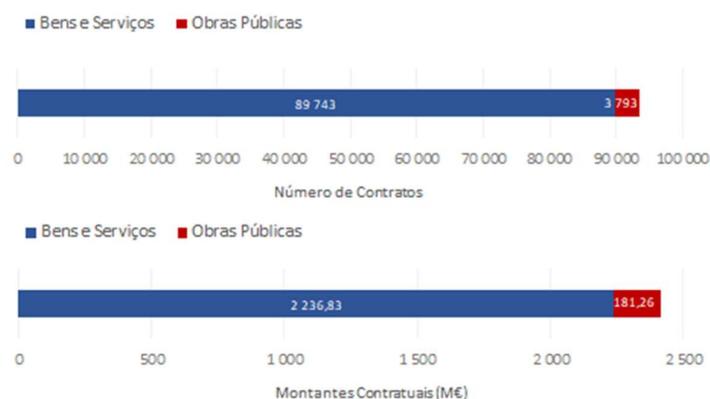
Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.5.2. AJUSTES DIRETOS

Dos 93 536 contratos celebrados em 2021 que foram precedidos por procedimento de ajuste direto (sem simplificados), 95,9% (89 743) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 4,1% (3 793) referiram-se a contratos de obras públicas.

Em termos de montantes contratuais, 2 237 milhões de euros, respeitaram a aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 181 milhões de euros relativos a obras públicas.

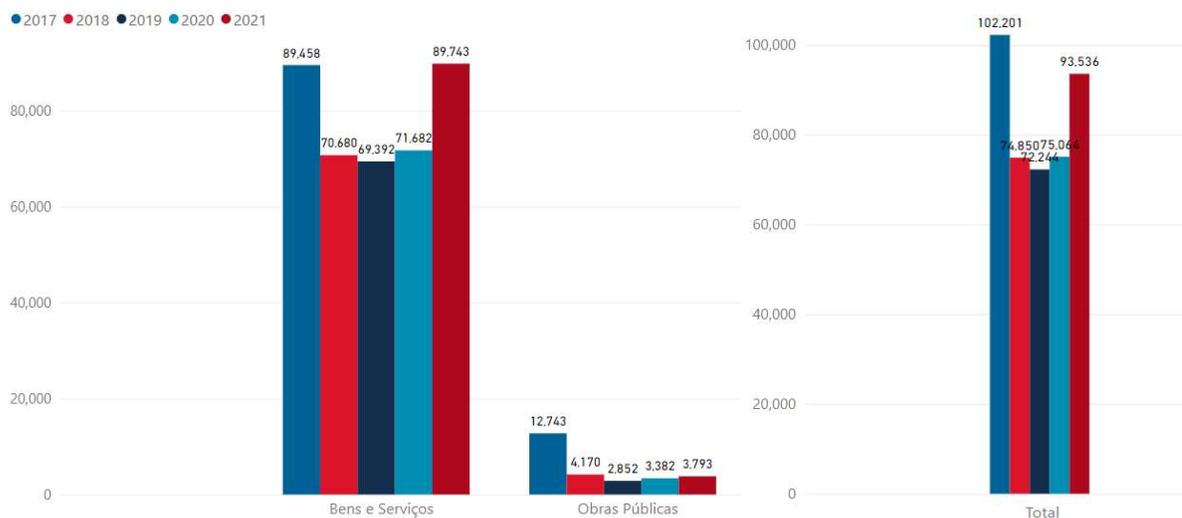
Gráfico 29 - Ajustes diretos em 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Por comparação com o ano de 2020, o número de contratos por ajuste direto para a aquisição de bens e serviços aumentou (+25,2%). Assim como o número de contratos decorrentes de ajuste direto relacionados com obras públicas, que aumentou 12,2%.

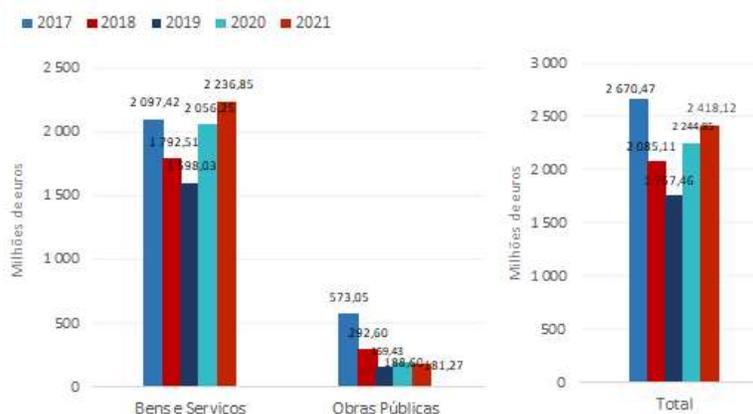
Gráfico 30 - Número de contratos por ajuste direto: 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Em termos de montantes contratuais envolvidos, a tendência foi o aumento na contratação de bens e serviços (+8,8%) e uma quebra nas obras públicas (-3,6%).

Gráfico 31 - Valor dos contratos por ajuste direto: 2017 a 2021 (em Milhões de Euros)

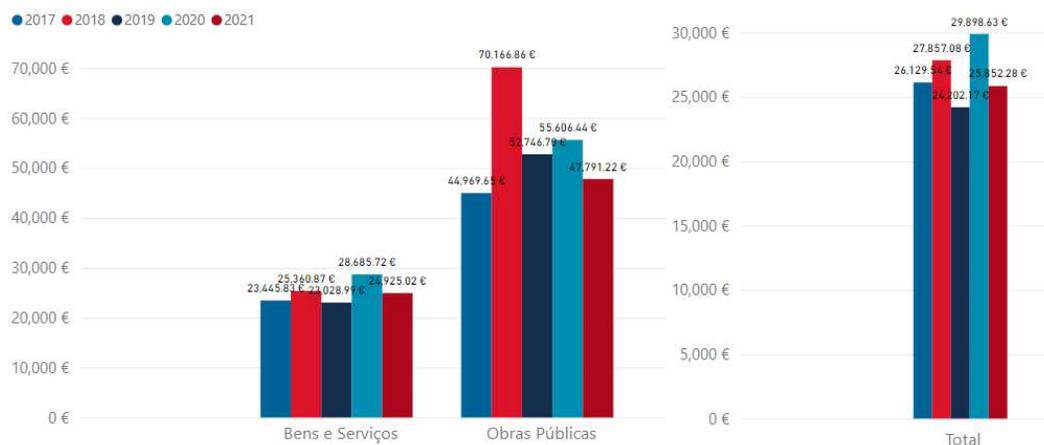


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais o valor médio por contrato, no ano de 2021 foi de 25 852,28 €, o que corresponde a uma quebra de 13,5% face ao ano anterior (-4 046,4€ por contrato).

Em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2021, foi de 24 925,02 €, o que traduziu um decréscimo de 13,1% face a 2020 (-3 760,7 € por contrato). No caso das obras públicas houve igualmente um decréscimo do valor médio dos contratos de 14,1% (-7 815,22€ por contrato).

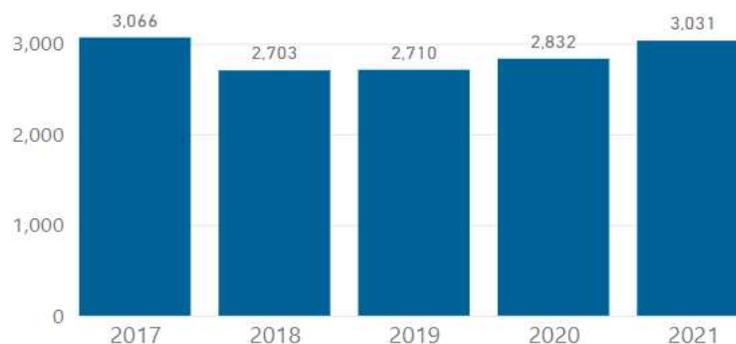
Gráfico 32 - Valor médio dos contratos por ajuste direto: 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Em 2021, o número de entidades que reportaram ajustes diretos (excetuando os agrupamentos de entidades) foi de 3 031, isto é, mais 199 entidades adjudicantes do que em 2020 (+7,0%).

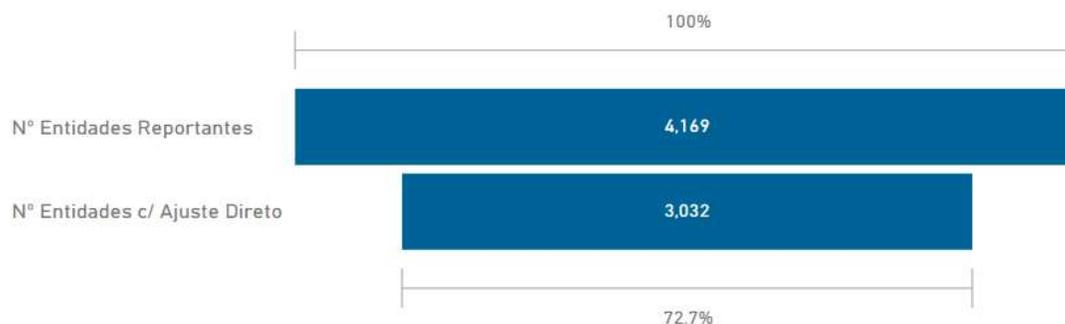
Gráfico 33 - Número de entidades adjudicantes que reportaram ajustes diretos



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Estas entidades representaram 72,7% do número total de entidades adjudicantes que reportaram ao portal BASE contratos celebrados em 2021 (4 169). O que significa, a contrário, que 27,3% (1 137) das entidades que reportaram contratos celebrados em 2021 não reportaram qualquer contrato que tenha decorrido de um procedimento por ajuste direto.

Gráfico 34 - Número de entidades adjudicantes que, tendo reportado contratos celebrados em 2021, reportaram (ou não) ajustes diretos



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No que concerne ao tipo de contratos, segundo a classificação feita de acordo com a nomenclatura CPV, celebrados na sequência de procedimentos por ajuste direto, predominaram o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (42,31% dos valores contratuais), seguido dos «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (9,09%) e da «Construção» (9,07%), que, no total, representaram mais de metade do montante contratual total por recurso a ajuste direto (60,47%).

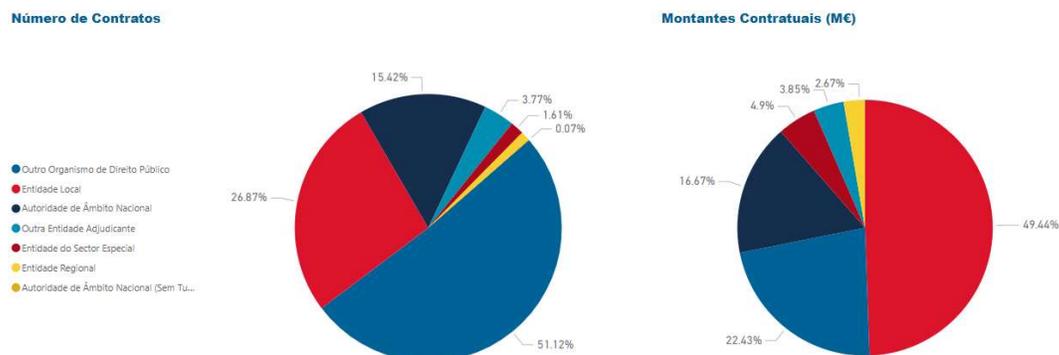
Quadro 4 – Ajustes diretos em 2021, por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	29.236	46,92%	845.736.957,67 €	42,31%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	6.890	9,48%	181.728.150,39 €	9,09%
45	Construção	3.793	5,07%	181.259.891,08 €	9,07%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	2.142	2,96%	124.322.736,27 €	6,22%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	4.240	5,89%	121.935.750,47 €	6,10%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	3.837	5,31%	113.611.253,09 €	5,68%
85	Serviços de saúde e acção social	2.121	3,09%	100.641.193,52 €	5,03%
50	Serviços de reparação e manutenção	6.743	9,98%	95.565.769,06 €	4,78%
60	Serviços de transporte (excl. transporte de resíduos)	1.133	1,56%	67.439.607,12 €	3,37%
55	Serviços de hotelaria, restauração e comércio a retalho	714	0,98%	63.346.694,42 €	3,17%
92	Serviços recreativos, culturais e desportivos	3.729	5,42%	54.998.952,33 €	2,75%
30	Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, excepto mobiliário e pacotes de programas (software)	2.515	3,33%	48.503.990,14 €	2,43%
Total		67.093	100,00%	1.999.090.945,56 €	100,00%

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Sabendo-se que o peso dos ajustes diretos variou consoante a entidade em causa, do conjunto das entidades adjudicantes que em 2021 reportaram ajustes diretos, destes procedimentos a maior parte respeitou a «Outro Organismo de Direito Público» (51,12%), «Entidades Locais» (26,87%), seguindo-se as «Autoridades de Âmbito Nacional» (15,42%).

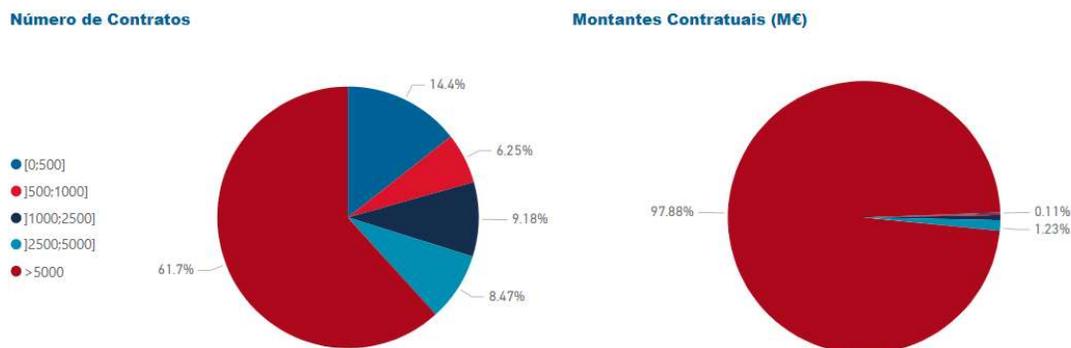
Gráfico 35 - Distribuição dos ajustes diretos, por tipo de entidade, em 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Por valor do contrato, predominaram os contratos de valor superior a 5000 € (61,7% do número de contratos), e são também estes que representam a maior fatia em termos de valores contratuais (97,9%).

Gráfico 36 - Distribuição dos contratos por ajuste direto simplificado¹⁰, por intervalos de valores contratuais

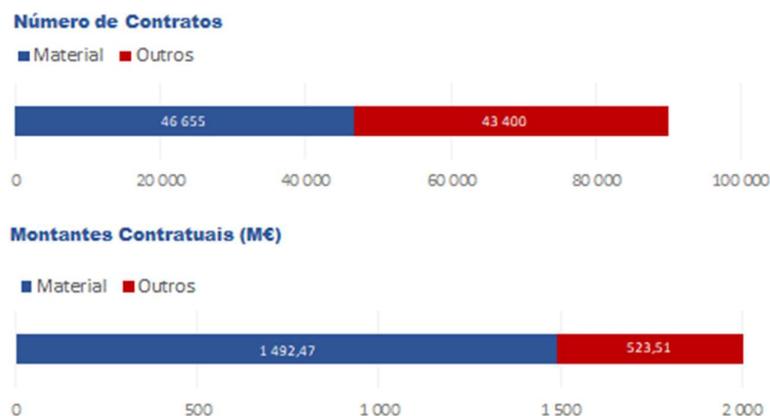


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Os contratos celebrados na sequência de procedimento por ajuste direto fundamentado em critérios de natureza material (não focados no valor do contrato), em 2021 representaram 1 492 milhões de euros.

¹⁰ Com base nas comunicações efetuadas que representam apenas uma parte dos ajustes diretos simplificados [registados no portal BASE](#)

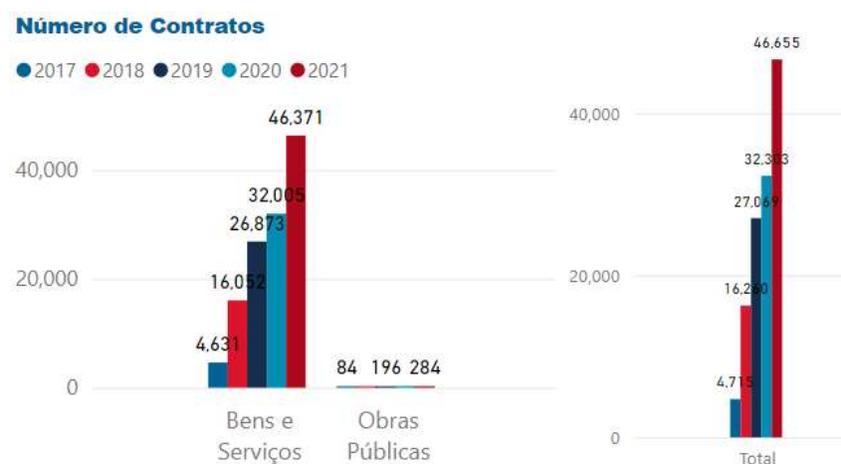
Gráfico 37 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Por comparação com o ano de 2020, observou-se um aumento substancial do número de contratos celebrados decorrentes de procedimentos por ajuste direto fundamentado em critérios materiais. Esta variação deveu-se essencialmente ao aumento nos contratos relativos aos bens e serviços, uma vez que nas obras públicas traduziu-se em +88 contratos.

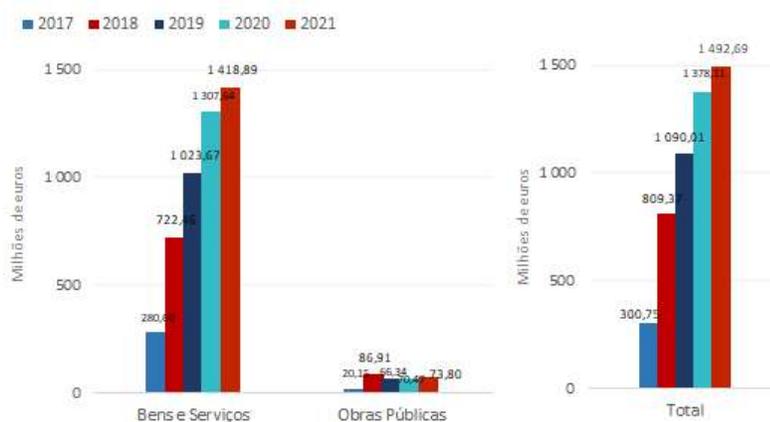
Gráfico 38 - Evolução do número de contratos celebrados com base em critério material em 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, houve uma tendência geral de crescimento, confirmada tanto no caso dos bens e serviços (+8,5% face a 2020, isto é, +111 milhões de euros), assim como nas obras públicas +4,7% (traduzindo +3,32 milhões de euros).

Gráfico 39 - Evolução do Montante Contratual dos contratos celebrados com base em critério material em 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

A maior parte dos contratos de bens e serviços celebrados no ano de 2021 ao abrigo de um critério material respeitaram a contratos cujo preço contratual foi inferior a 5 000 € (55,4%), sendo que 81% tiveram um preço contratual inferior a 25 000 €.

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, foram mais expressivos os contratos cujo preço contratual foi superior a 150 000 €: 58% do valor contratual global relativo a contratos celebrados a coberto de critérios de natureza material referiram-se a contratos cujo preço contratual foi superior àquele valor.

Quadro 5 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2021

Intervalos de Montante Contratual com base em critério material (M€)	Número de Contratos		Montante Contratual (M€)	
	em %	em % acumulada	em %	em % acumulada
[0;500]	24,99%	24,99%	0,16%	0,16%
]500;1.000]	9,68%	34,67%	0,23%	0,39%
]1.000;2.500]	12,47%	47,14%	0,67%	1,06%
]2.500;5.000]	8,26%	55,40%	0,99%	2,05%
]5.000;10.000]	12,29%	67,69%	2,96%	5,01%
]10.000;25.000]	13,47%	81,16%	7,22%	12,23%
]25.000;50.000]	7,80%	88,96%	9,16%	21,39%
]50.000;75.000]	3,76%	92,72%	7,67%	29,06%
]75.000;100.000]	1,87%	94,59%	5,36%	34,42%
]100.000;150.000]	1,90%	96,49%	7,61%	42,03%
]150.000;200.000]	1,10%	97,59%	6,34%	48,37%
]200.000;500.000]	1,61%	99,20%	16,15%	64,52%
>500.000	0,80%	100,00%	35,48%	100,00%
	100,00%		100,00%	

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No caso das obras públicas, no que diz respeito ao número de contratos adjudicados na sequência de procedimentos por ajuste direto com base em critérios materiais, 22,18% tiveram como preço contratual um valor abaixo dos 25 000 €, e 48,59% foram celebrados por valor inferior a 75 000 €. No que respeita aos montantes contratuais, 49,74% corresponderam a contratos cujo preço contratual foi superior a 500 000 €.

Quadro 6 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2021

Intervalos de Montante Contratual com base em critério material (M€)	Número de Contratos		Montante Contratual (M€)	
	em %	em % acumulada	em %	em % acumulada
]500;1.000]	0,35%	0,35%	0,00%	0,00%
]2.500;5.000]	1,76%	2,11%	0,03%	0,03%
]5.000;10.000]	3,52%	5,63%	0,11%	0,14%
]10.000;25.000]	16,55%	22,18%	1,10%	1,24%
]25.000;50.000]	17,96%	40,14%	2,41%	3,65%
]50.000;75.000]	8,45%	48,59%	1,93%	5,58%
]75.000;100.000]	4,58%	53,17%	1,48%	7,06%
]100.000;150.000]	11,27%	64,44%	5,59%	12,65%
]150.000;200.000]	4,57%	69,01%	3,39%	16,04%
]200.000;500.000]	21,13%	90,14%	24,22%	40,26%
>500.000	9,86%	100,00%	59,74%	100,00%
	100,00%		100,00%	

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Conforme é possível verificar no quadro seguinte, o motivo de «urgência imperiosa» foi a fundamentação maioritariamente invocada (84,07% do número total destes contratos e 72,31% dos montantes contratuais), tendo conjuntamente com o motivo «Decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas» representado 80,21% dos valores envolvidos.

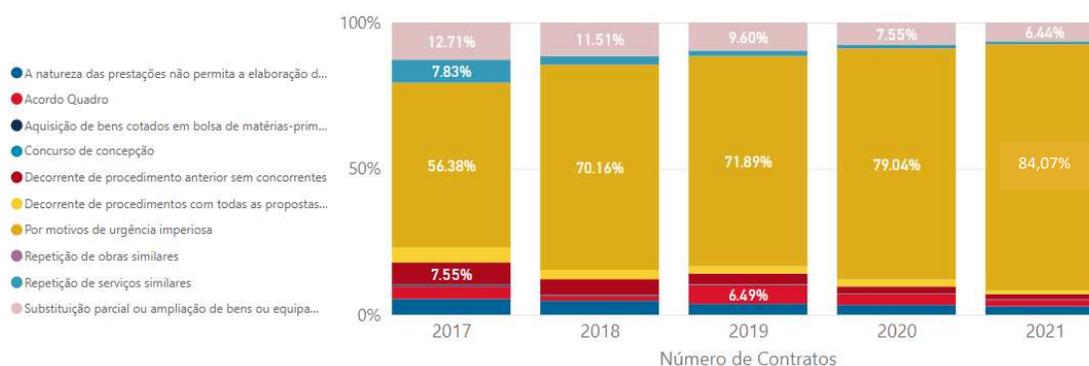
Quadro 7 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2021, por razão material

Motivo	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
Por motivos de urgência imperiosa	23 511	84,07%	543,52	72,31%
Decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas	346	1,24%	59,35	7,90%
Substituição parcial ou ampliação de bens ou equipamentos de específico uso corrente da entidade adjudicante	1 797	6,44%	37,20	4,95%
Decorrente de procedimento anterior sem concorrentes	478	1,71%	35,03	4,66%
A natureza das prestações não permita a elaboração de especificações contratuais suficientemente precisas	819	2,93%	29,89	3,98%
Repetição de serviços similares	253	0,90%	19,55	2,60%
As prestações se destinem a permitir a prestação ao público de um ou mais serviços de telecomunicações	93	0,33%	8,57	1,14%
Acordo Quadro	602	2,14%	8,41	1,12%
Concurso de concepção	32	0,11%	7,51	1,00%
Setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais	34	0,12%	2,63	0,35%
Total	27 965	100,00%	751,66	100,00%

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Face a 2020 registou-se um aumento da preponderância dos «motivos de urgência imperiosa», passando a representar 84,07% dos contratos em que tenham sido invocados os critérios de natureza material.

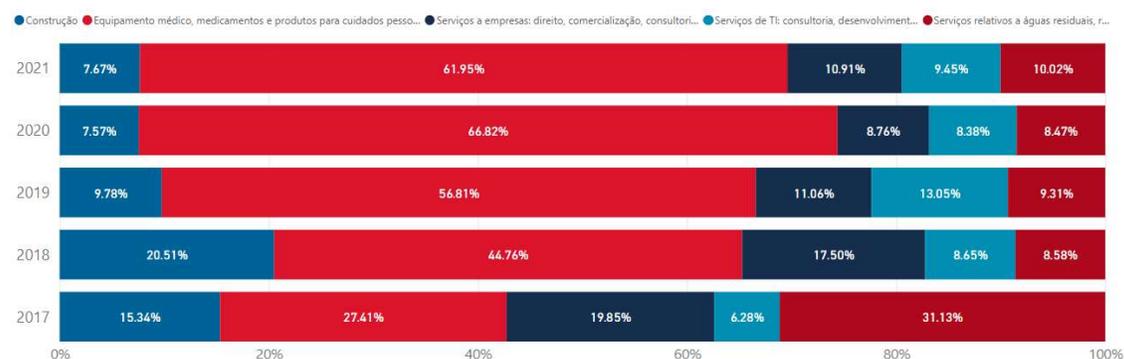
Gráfico 40 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material: comparação 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No que respeita ao tipo de despesa, por montante contratual e por nomenclatura CPV, os fundamentos de natureza material foram predominantemente invocados na aquisição de «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (61,95%) e «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (10,91%) que, em conjunto, tiveram uma “quota” de 72,86%.

Gráfico 41 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV: comparação

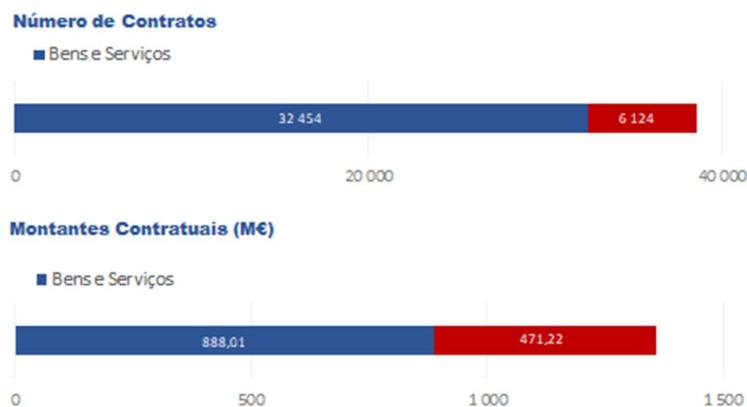


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

3.5.3. CONSULTA PRÉVIA

Em 2021 foram celebrados 38 578 contratos por consulta prévia, tipo de procedimento criado em 2018, em que a entidade adjudicante convida diretamente pelo menos três operadores económicos à sua escolha a apresentar proposta, podendo negociar aspetos da execução do contrato a celebrar.

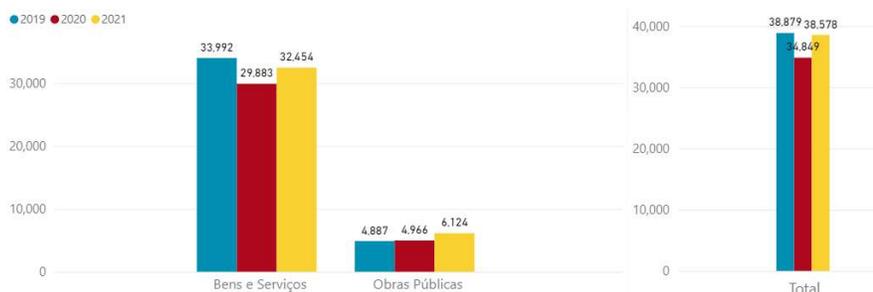
Gráfico 42 – Consultas Prévias em 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Dos 38 578 contratos celebrados em 2021 que foram precedidos por procedimento de consulta prévia, 84,1% (32 454) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 15,9% (6 124) referiram-se a contratos de obras públicas.

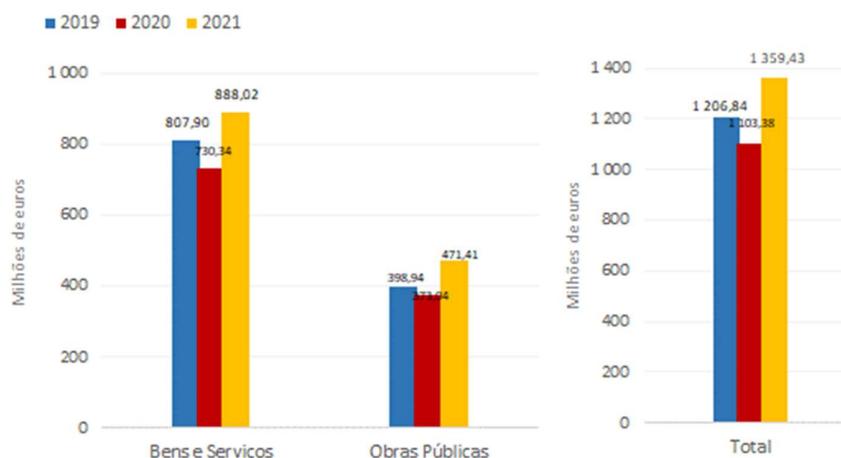
Gráfico 43 - Número de contratos por consulta prévia entre 2019 e 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Em termos de montantes contratuais, 888 milhões de euros respeitaram a aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 431 milhões de euros relativos a obras públicas.

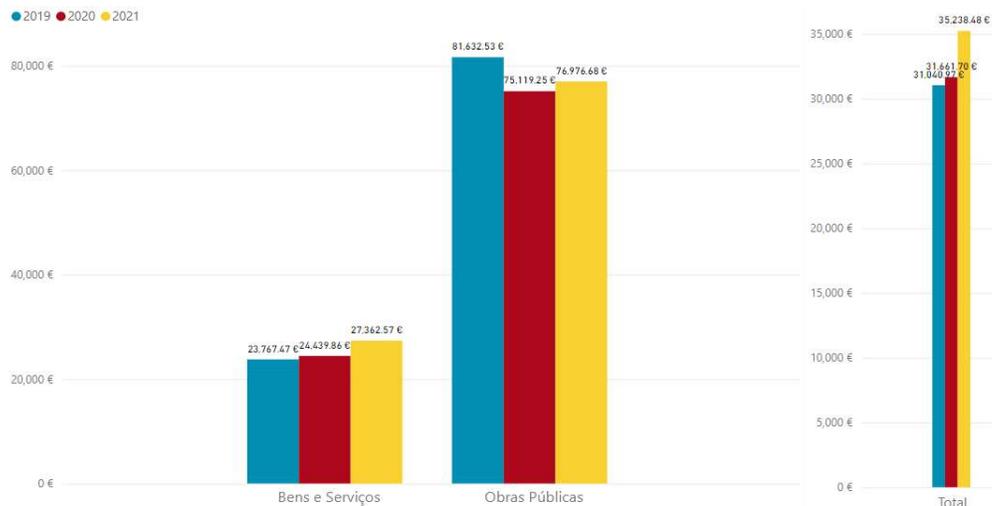
Gráfico 44 - Valor dos contratos por consulta prévia entre 2019 e 2021



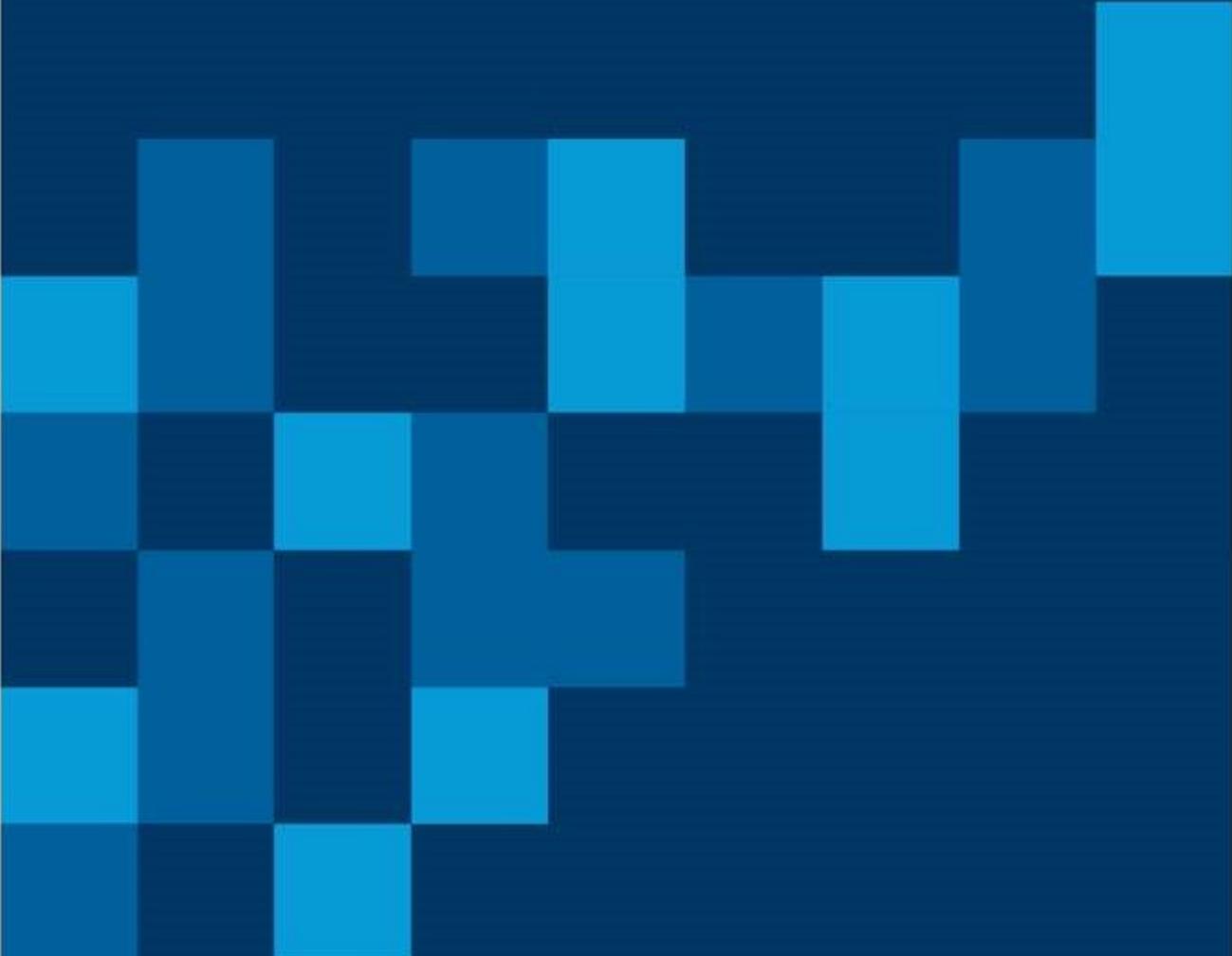
Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais por contrato, no ano de 2021 foi de 35 238,48 €. Já em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2021, foi de 27 362,57 €. No caso das obras públicas foi de 76 976,68 €.

Gráfico 45 - Valor médio dos contratos por consulta prévia entre 2019 e 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)



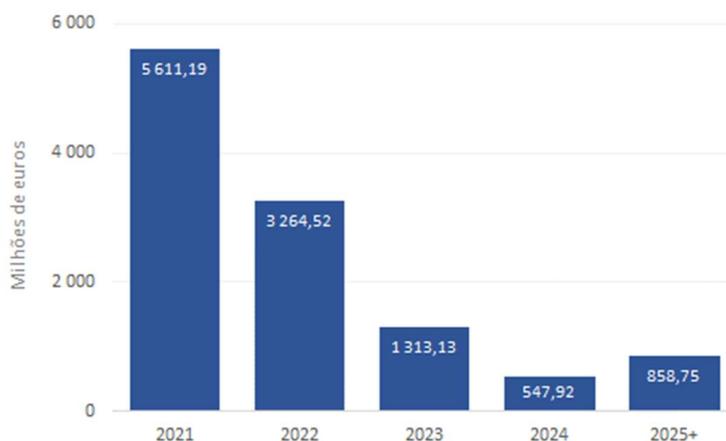
4. Projeção dos Encargos Decorrentes dos Contratos Celebrados

4. PROJEÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DOS CONTRATOS CELEBRADOS

Sobre o ponto 4 do presente relatório, importa referir que os encargos indica decorrem da projeção estimada do contrato, no pressuposto que o mesmo tem um gasto mensal homogéneo, sendo por isso estimativa. Esta aproximação tem por base os elementos inseridos pelas entidades adjudicantes, referente ao valor e período contratual.

Dos contratos celebrados durante o ano de 2021, projetando a sua execução ao longo do tempo, a maior parte destinou-se a ser executada no próprio ano.

Gráfico 46 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2021 (Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

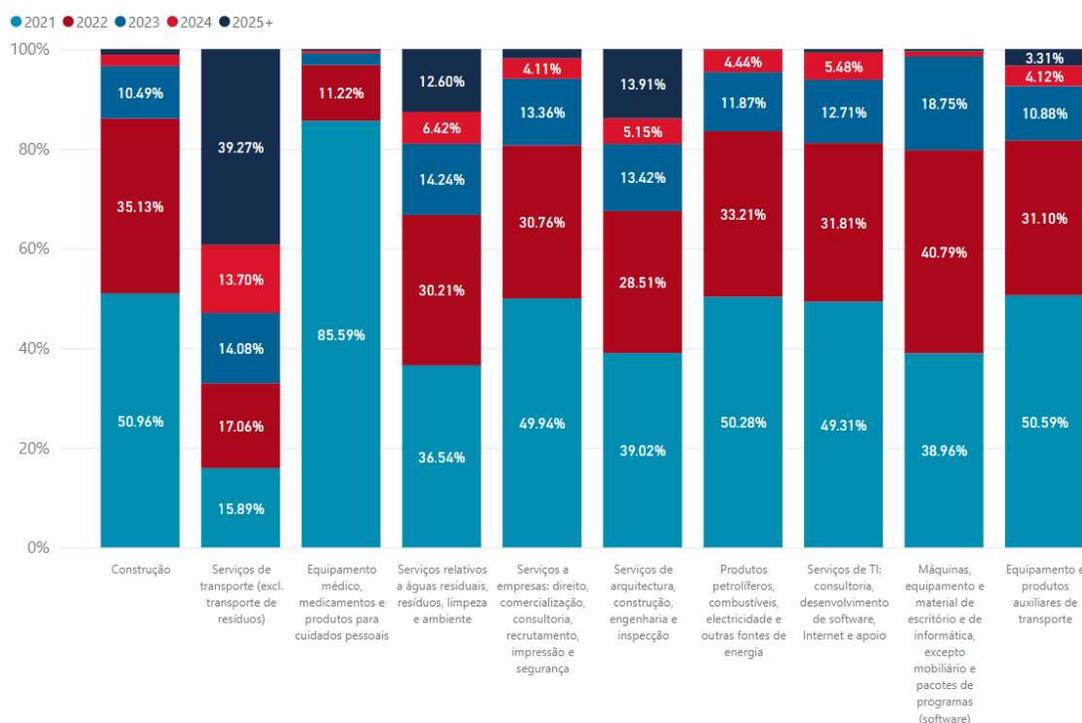
Os dados previstos neste ponto correspondem aos valores indicados pelas entidades adjudicantes. Os dados previstos neste ponto correspondem aos valores indicados pelas entidades adjudicantes. Existem, todavia, variações sobre a distribuição no tempo dos encargos previsíveis, desde logo em função do tipo de despesa.

Assim, relativamente aos códigos CPV que tiveram um maior peso em termos de montantes contratuais, foi nos códigos «33 - Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (86%), «45 - Construção» (51%), «34 - Equipamento e produtos auxiliares de transporte » (51%), «Produtos petrolíferos, combustíveis, eletricidade e outras fontes de energia (50%), e «79 -

Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (50%) que constatamos as maiores taxas de previsão de execução no próprio ano de celebração do contrato (2021).

No lado oposto, foi ao nível dos códigos «60 - Serviços de transporte», «90 - Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente», « Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção», «Máquinas, equipamentos e material de escritório e de informática exceto mobiliário e pacotes de programas (software)» e «72 - Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio» em que a execução previsível dos contratos durante o próprio ano de 2021 foi menos relevante (inferior a 50%), sendo, portanto, nestas rubricas que os contratos celebrados tiveram um carácter mais plurianual.

Gráfico 47 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2021, por CPV

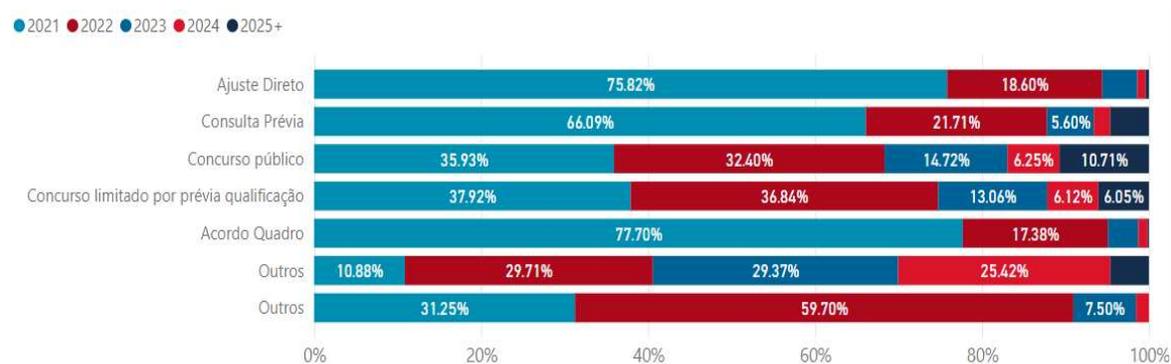


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Analisando o tipo de procedimento que precedeu o contrato, podemos concluir que quando o tipo de procedimento utilizado foi o ajuste direto, os contratos tenderam a ser executados num menor espaço de tempo: 76% do valor dos contratos celebrados na sequência de ajuste direto tinham a sua execução previsível durante o ano de 2021.

Em sentido oposto, nos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais (contratos precedidos por concurso público ou por concurso limitado por prévia qualificação), a previsão da sua execução estendeu-se mais no tempo (tinham a sua execução prevista para ocorrer nos anos de 2021 e seguintes).

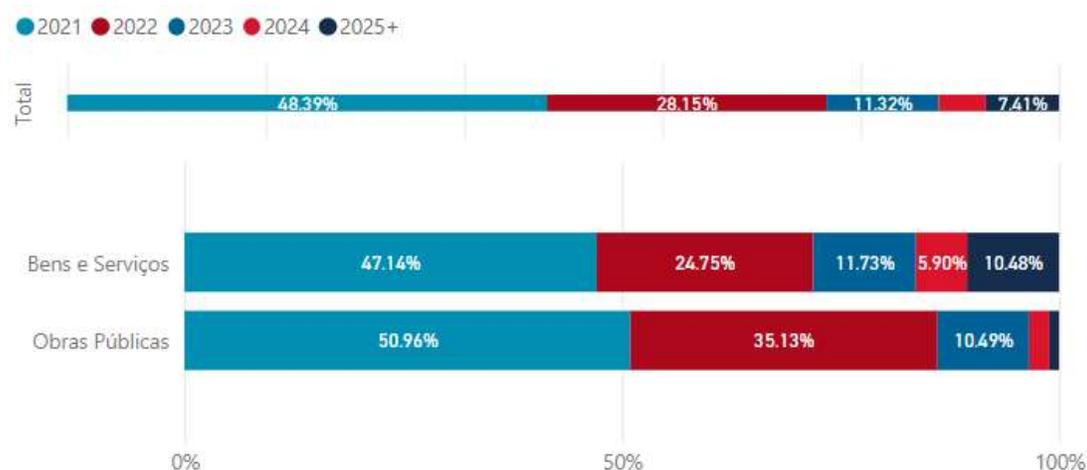
Gráfico 48 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2021, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Fazendo a mesma análise, mas por tipo de contrato, constatamos que na distribuição dos encargos pelos anos de execução do contrato, a concentração da execução no próprio ano de celebração do contrato é inferior no caso dos contratos relativos a bens e serviços (47,14%) quando comparado com os contratos de obras públicas (50,96%).

Gráfico 49 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2021, por tipo de contrato

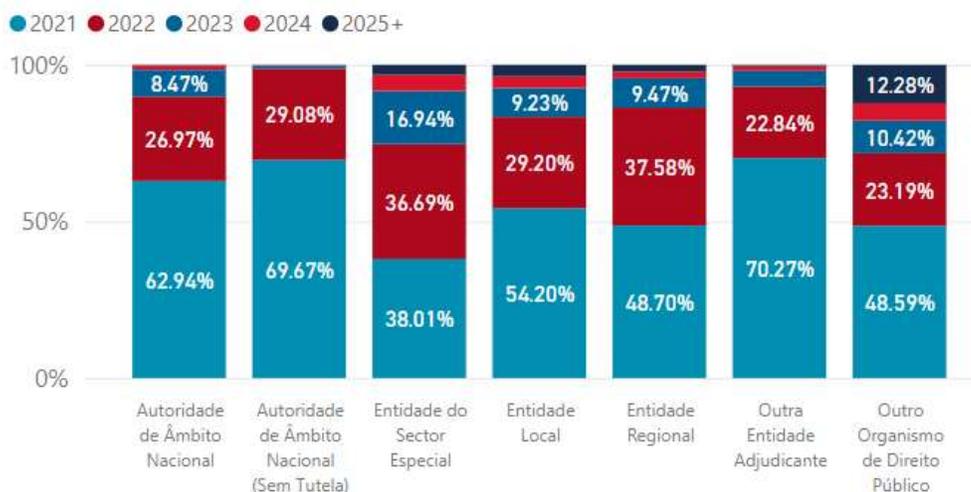


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Analisando o carácter plurianual dos contratos celebrados em 2021 por tipo de entidade, podemos concluir que, tendencialmente, são as «Autoridades de Âmbito Nacional (sem tutela)» (70%), as «Outras Entidades Adjudicantes» (70%) e as «Autoridades de Âmbito Nacional» (63%) aqueles em que os contratos de curta duração (até final de 2021) maior peso tiveram.

Com tendência inversa, foram as «Entidades do Setor Especial» e as «Entidades Regionais», os «Outros Organismos de Direito Público» as que celebraram os contratos com maior peso para os anos seguintes.

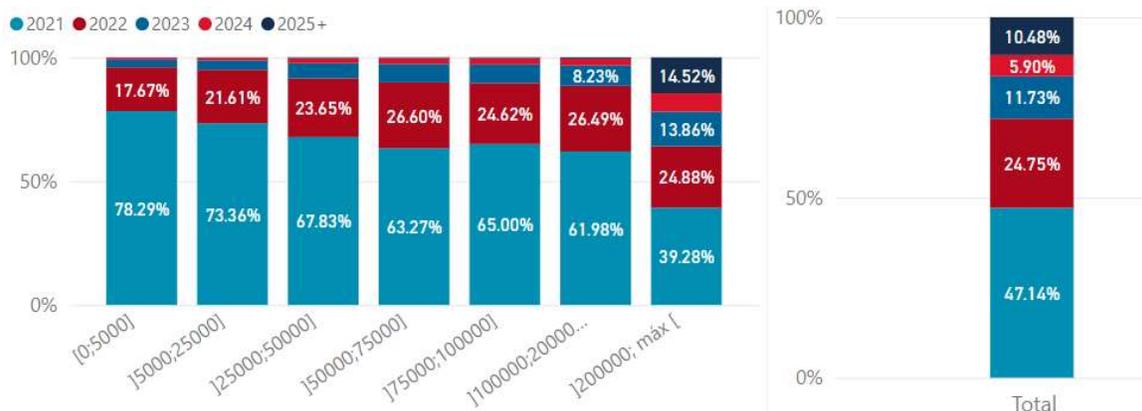
Gráfico 50 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2021, por tipo de entidade



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Tendo como critério o valor do contrato, podemos concluir que, no caso de aquisição de bens e serviços, à medida que o montante contratual aumentou, aumentou igualmente a plurianualidade dos contratos. Dos contratos de valor inferior a 5 000 €, 78% do respetivo valor contratual previa-se ser executado em 2021, enquanto nos contratos cujo valor foi superior a 200 000 €, somente 39% do valor se projetou ser executado no próprio ano.

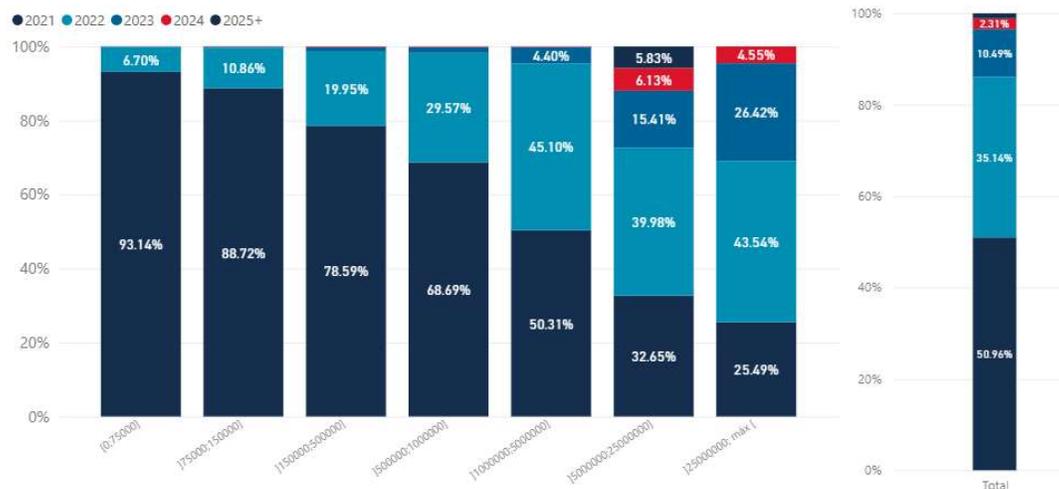
Gráfico 51 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2021, por intervalo de valor contratual – bens e serviços



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No caso das obras públicas, a tendência, embora tenha sido a mesma, não foi tão linear. Nos contratos cujo valor foi superior a 5 000 000 €, menos de metade do valor contratual previu-se ser executado ainda no ano de 2021.

Gráfico 52 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2021, por intervalo de valor contratual, obras públicas



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

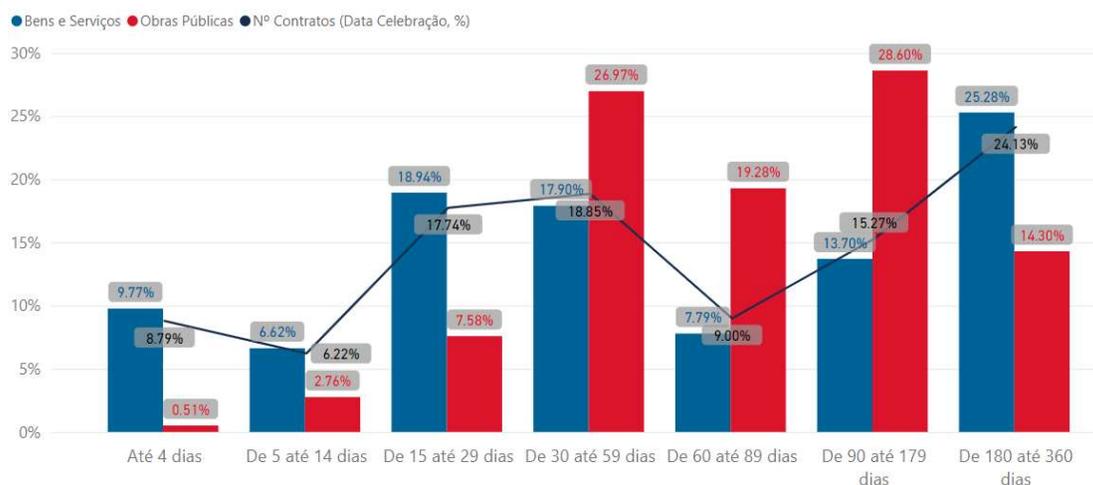


5. Duração Média dos Procedimentos de Contratação

5. DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Relativamente à duração do procedimento pré-contratual, considerando-o como o número de dias entre o início do procedimento (publicação de anúncio ou envio de convite) e a data de celebração do contrato, constatamos que cerca de 9% dos procedimentos demorou até 4 dias (inclusive) a ser celebrado contrato.

Gráfico 53 - Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2021, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (todos os contratos exceto os ajustes diretos simplificados)

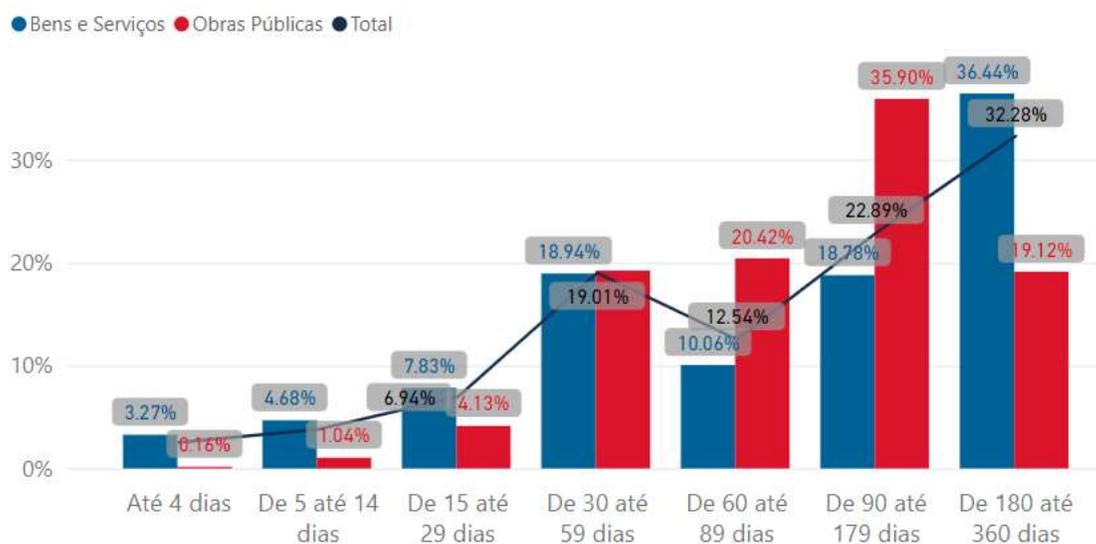


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

A duração dos procedimentos, todavia, teve um comportamento diferenciado consoante o tipo de contrato: no caso dos bens e serviços 9,77% dos procedimentos demoraram menos de 4 dias a serem concluídos, enquanto no caso das obras públicas, nesse mesmo período, apenas 0,51% dos procedimentos foram concluídos.

Os dados atrás referidos estão influenciados pelo peso do número de procedimentos por ajuste direto e consulta prévia no universo do número de contratos reportados, os quais tendem a ser mais céleres do que os procedimentos concursais. Os prazos na conclusão dos procedimentos de contratos precedidos de concurso público ou limitado registaram um valor médio superior.

Gráfico 54 - Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2021, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (contratos resultantes de procedimentos concursais)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

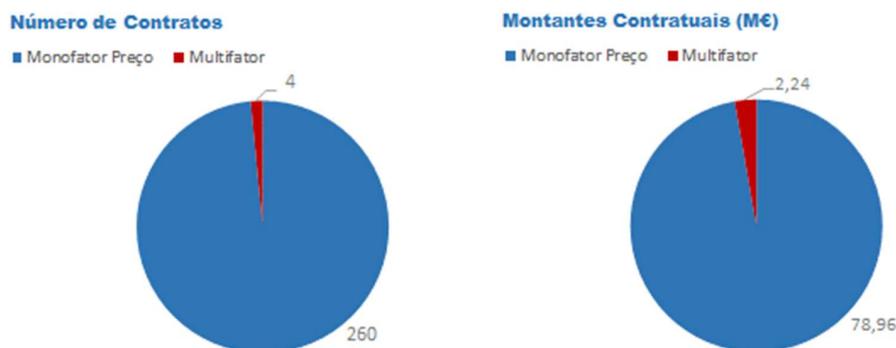
6. Modalidade do critério de Adjudicação

6. MODALIDADE DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

6.1. «MONOFATOR» VS «MULTIFATOR»

Numa amostra reduzida¹¹ de procedimentos concursais (com base no anúncio) e cujos contratos foram celebrados em 2021, constatou-se que 98,5% tiveram como modalidade de adjudicação apenas o preço, previsto no art.º 74. A estes contratos corresponderam 97,2% de montantes contratuais.

Gráfico 55 - Modalidade de adjudicação nos procedimentos abertos (concursos públicos e concursos limitados)

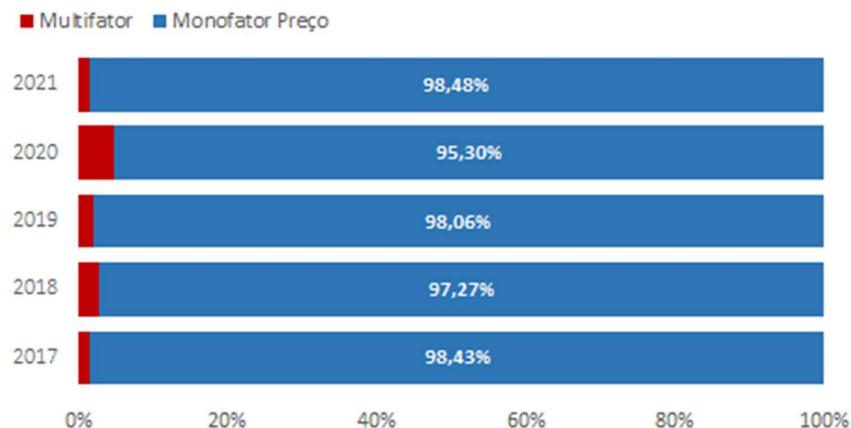


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Em 2021 mantem-se a tendência observada nos anos anteriores, e que aponta para a tímida representação no recurso à modalidade de multifator.

¹¹ Procedimentos de contratação relativamente aos quais foi possível identificar o tipo de critério utilizado.

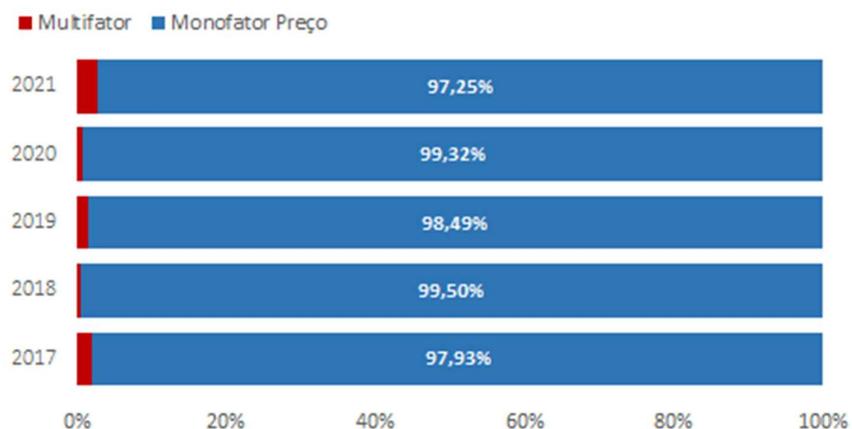
Gráfico 56 – Peso relativo dos critérios de adjudicação por número de contratos: variação de 2017 para 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Relativamente aos montantes contratuais envolvidos, de 2019 para 2020 houve um ligeiro aumento do peso dos contratos cujo critério foi o da melhor relação qualidade-preço.

Gráfico 57 – Peso relativo dos critérios de adjudicação por montantes contratuais: variação de 2017 para 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Em termos médios, de 2020 para 2021 notou-se um acréscimo do valor contratual médio no caso dos contratos cuja modalidade de adjudicação foi o monofator (situando-se, agora, nos 303 685€), assim como no caso dos contratos cuja modalidade de adjudicação de multifator

Gráfico 58 – Valor médio dos contratos precedidos de procedimento concorrencial, por modalidade de adjudicação: variação de 2017 para 2021

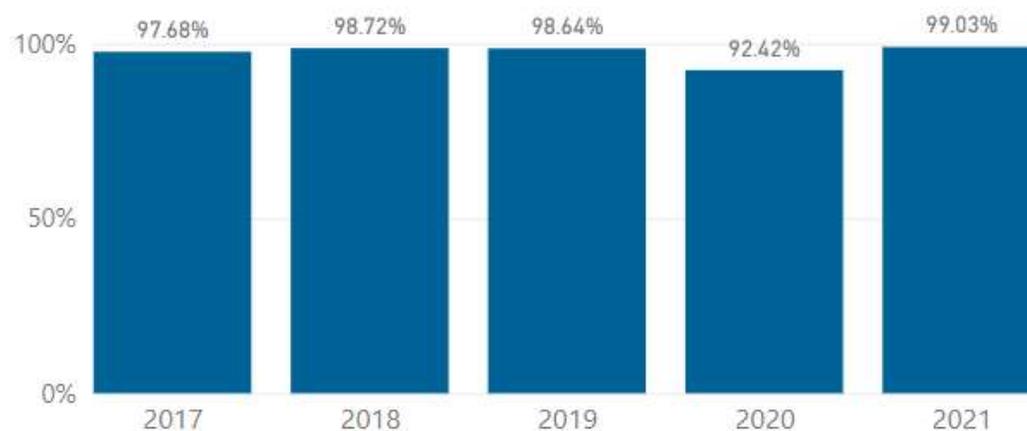


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

6.2. «MULTIFATOR»: PESO DO FATOR PREÇO

Considerando os procedimentos cujo fator de apreciação das propostas foi apenas o do preço com os demais procedimentos nos quais o fator preço, não sendo o único factor de apreciação, representou mais de metade da ponderação, concluímos que em 99,03% dos procedimentos concursais, o preço foi o fator de ponderação determinante e maioritário.

Gráfico 59 – Percentagem do número de contratos nos quais o monofator preço ou custo teve preponderância maioritária



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

6.3. PREÇOS ANORMALMENTE BAIXOS

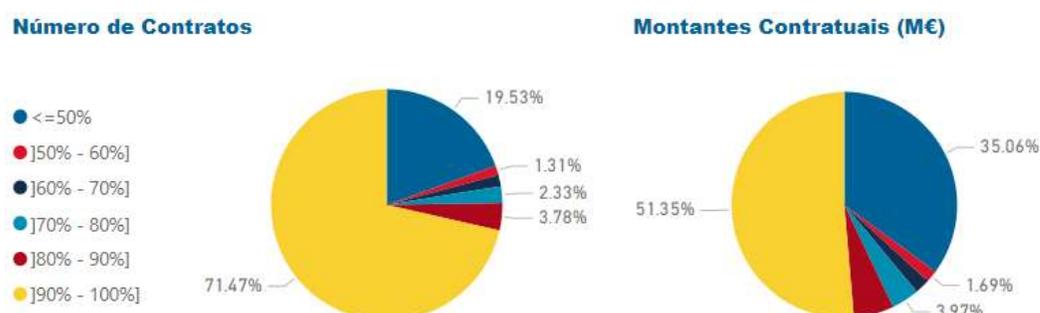
No atual contexto económico e orçamental, os procedimentos de contratação são especialmente sensíveis ao monofator preço. Do lado dos concorrentes, a necessidade de manter a sua atividade num quadro de fraco crescimento económico, levou-os a apresentar propostas de valor abaixo dos preços que outrora praticariam, prejudicando a sua margem de lucro. Do lado das entidades adjudicantes, as restrições orçamentais, consubstanciadas não só na dimensão dos seus orçamentos, como também nos entraves administrativos (de que são exemplo os fundos disponíveis), traduziu-se numa diminuição geral dos preços base dos procedimentos, “esmagando” potenciais concorrentes, assim como no favorecimento do fator económico, concedendo-lhe maior peso do que porventura fariam noutro contexto.

Uma das formas de procurar analisar e quantificar esta questão passa por analisar o valor final do contrato em função do preço base e do preço anormalmente baixo.

Considerando os contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas), independentemente do tipo de procedimento, constatamos que em 20 % dos contratos da amostra os valores contratuais finais aproximaram-se ou foram mesmo inferiores ao preço anormalmente baixo calculado em função do preço base. A representatividade em termos dos montantes contratuais

globais é superior (35%). Os valores desta análise resultam em parte do facto do preço base, nos procedimentos por Acordo Quadro, ser global e existirem contratos por lotes de valor mais reduzido.

Gráfico 60 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, em todos os procedimentos, por intervalo de preço base, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): ano de 2021

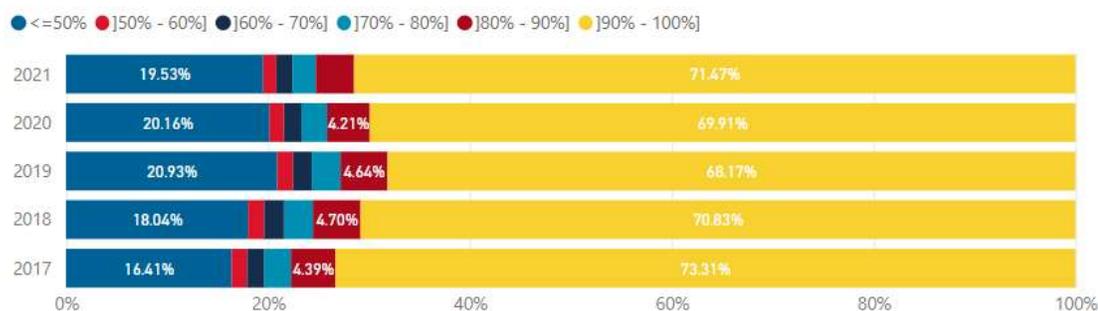


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

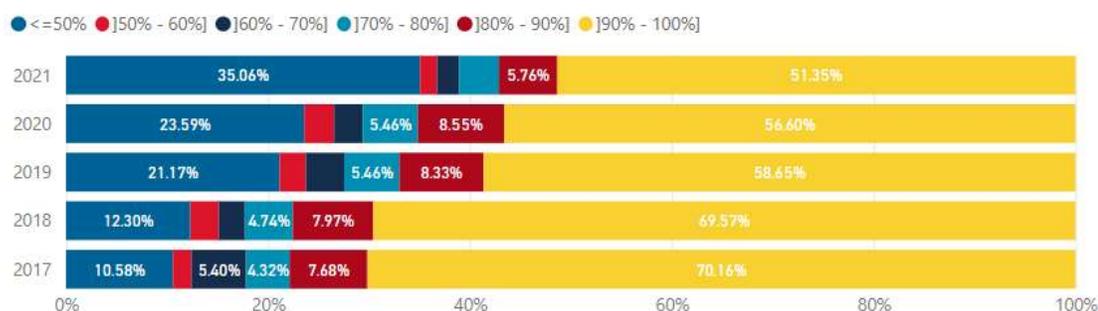
Por comparação com os contratos celebrados no ano de 2020, em 2021 assistiu-se a um aumento dos contratos cujo valor, em função do critério legal para identificação de (eventuais) preços anormalmente baixos, de -0,6 pontos percentuais em termos de número de contratos e de +11,5 pontos percentuais no caso dos montantes contratuais.

Gráfico 61 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço base, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): evolução 2017 a 2021

Número de Contratos



Montantes Contratuais (M€)

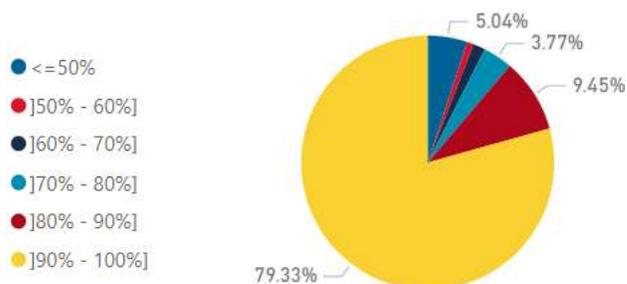


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

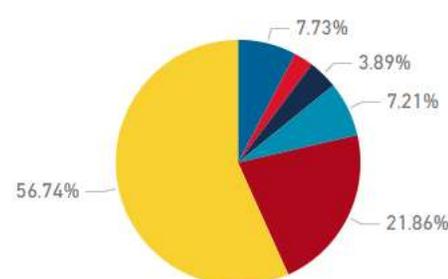
No que respeita às empreitadas de obras públicas, independentemente do tipo de procedimento, a relevância dos contratos cujo preço contratual se aproximou do limite do preço anormalmente baixo é inferior: 5,04% dos contratos, que representam 7,73% dos montantes contratuais, tiveram como preço contratual valores abaixo do preço anormalmente baixo.

Gráfico 62 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço base, dos contratos de empreitadas de obras públicas: ano de 2021

Número de Contratos



Montantes Contratuais (M€)

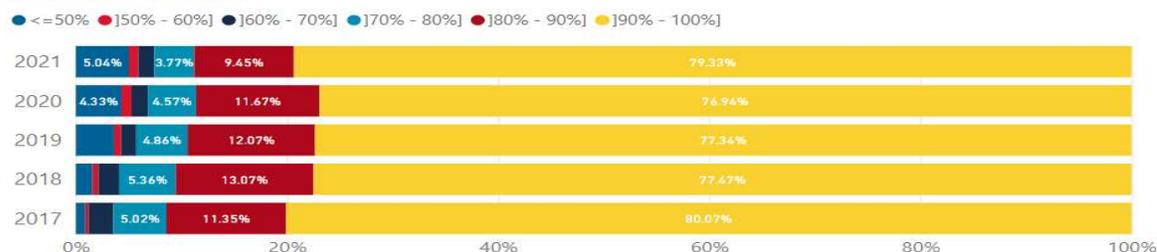


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

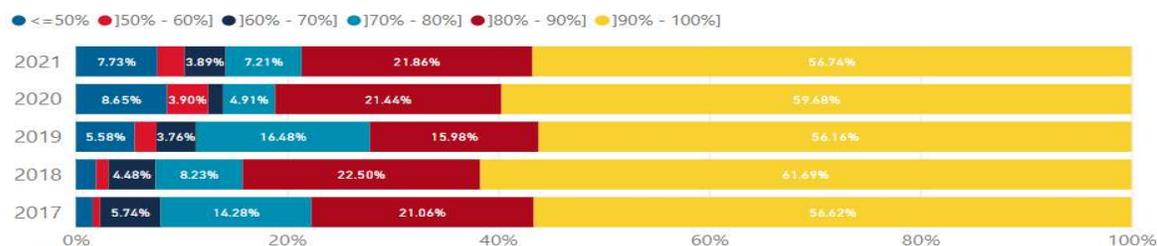
Comparativamente com o ano de 2020, a evolução constatável com contratos relacionados com obras públicas manteve o sentido quanto ao número: os contratos celebrados por valores dentro do critério de preço anormalmente baixo variaram em 0,7 pontos percentuais. Quanto aos montantes contratuais, diminuiram 0,9 pontos percentuais (para 7,73%).

Gráfico 63 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço base, dos contratos de empreitadas de obras públicas: evolução 2017 a 2021

Número de Contratos



Montantes Contratuais (M€)

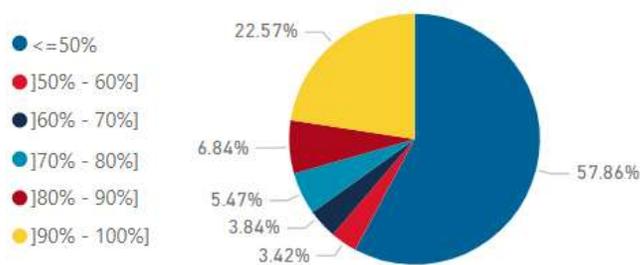


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

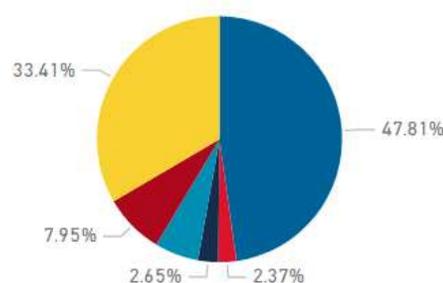
Analisando apenas os procedimentos concursais constatamos que a adjudicação próxima dos valores do preço anormalmente baixo foi mais frequente. No caso dos bens e serviços, o número de contratos em que o valor contratual foi igual ou inferior a 50% do preço base atingiu os 57,86%, representando 47,81% dos montantes contratuais.

Gráfico 64 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço base, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas) dos procedimentos concursais: ano de 2021

Número de Contratos



Montantes Contratuais (M€)

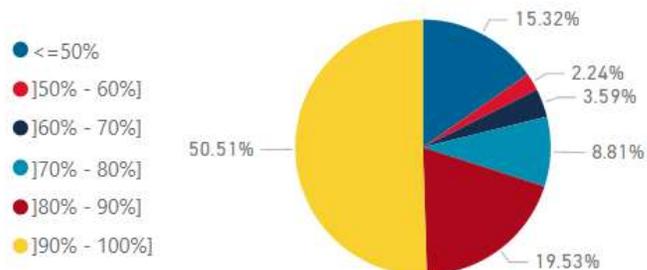


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

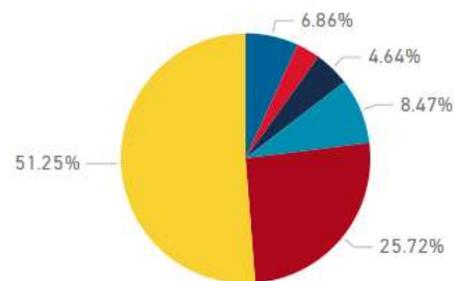
Situação similar sucede com as empreitadas de obras públicas, onde se constatou que 15,3% do número de contratos e 6,9% dos montantes contratuais envolvidos foram celebrados por valor abaixo do valor de referência para preço anormalmente baixo.

Gráfico 65 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço base, dos contratos de empreitadas de obras públicas dos procedimentos concursais: ano de 2021

Número de Contratos



Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)



7. Contratos por Classificação “Vocabulário Comum para os Contratos Públicos” (CPV)

7. CONTRATOS POR CLASSIFICAÇÃO “VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS” (CPV)

Numa breve análise por CPV, constatamos que as obras públicas predominam sobre a restante despesa, sobretudo por força da «Construção», que representa 39,15% do valor contratual total.

Quadro 8 - Distribuição da contratação por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
45	Construção	14 785	13,26%	4 434,17	39,15%
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	54 308	48,70%	2 097,65	18,52%
60	Serviços de transporte (Excl. transporte de resíduos)	2 634	2,36%	1 623,79	14,34%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	4 177	3,75%	602,07	5,32%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, imp...	10 427	9,35%	505,32	4,46%
71	Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção	7 303	6,55%	454,59	4,01%
9	Produtos petrolíferos, combustíveis, eletricidade e outras fontes de energia	2 070	1,86%	441,07	3,89%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, internet e apoio	6 532	5,86%	394,78	3,49%
30	Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, exceto m...	5 869	5,26%	391,39	3,46%
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte	3 406	3,05%	381,24	3,37%
Total		111 511	100,00%	11 326,07	100,00%

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Comparando com o apurado no ano de 2020, constata-se que se assistiu a variações diferenciadas.

Quadro 9 – Distribuição da contratação por CPV: comparação 2020/2021

Descrição CPV	Valor Contratual Homólogo (M€)	%	Valor Contratual Atual (M€)	%
Construção	3 546,49	31,31%	4 434,17	39,15%
Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	1 908,14	16,85%	2 097,65	18,52%
Serviços de transporte (Excl. transporte de resíduos)	373,91	3,30%	1 623,79	14,34%
Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	566,53	5,00%	602,07	5,32%
Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, imp...	457,02	4,04%	505,32	4,46%
Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção	338,32	2,99%	454,59	4,01%
Produtos petrolíferos, combustíveis, eletricidade e outras fontes de energia	588,54	5,20%	441,07	3,89%
Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, internet e apoio	324,95	2,87%	394,78	3,49%
Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, exceto m...	151,62	1,34%	391,39	3,46%
Equipamento e produtos auxiliares de transporte	318,80	2,81%	381,24	3,37%
Total	8 574,32	75,70%	11 326,08	100,00%

Fonte: portal BASE outubro 2022)



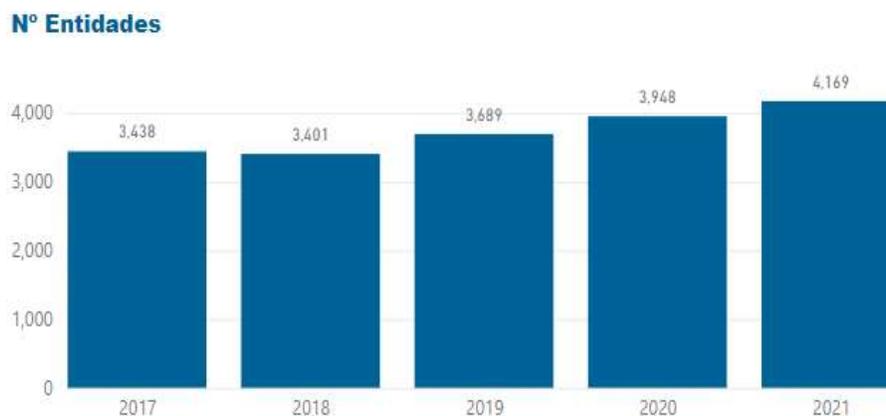
8. Intervenientes no Processo de Contratação Pública

8. INTERVENIENTES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

8.1. ENTIDADES ADJUDICANTES

No ano de 2021 foram 4 169 as entidades que procederam a registo de contratos junto do portal BASE. Este número representa um acréscimo de 221 entidades (+6%) face a 2020 e um acréscimo de 480 (+13%) relativamente ao ano de 2019.

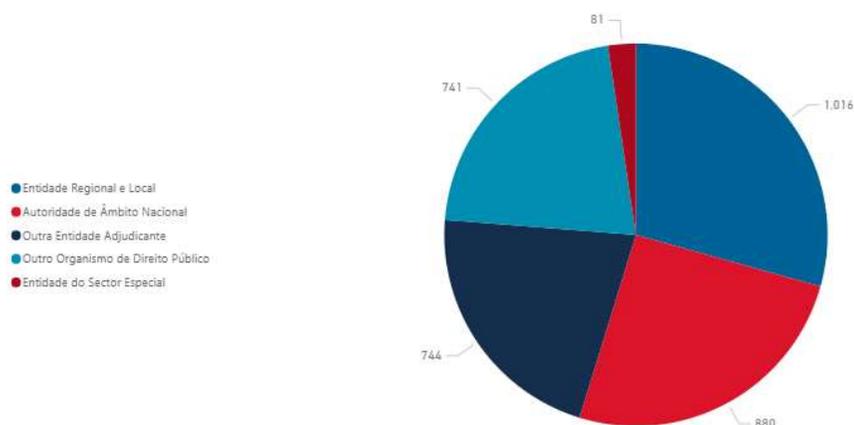
Gráfico 66 - Número de Entidades Adjudicantes que reportaram contratos: evolução de 2017 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Estratificando as entidades adjudicantes por tipo, constatamos que são as «Entidades Regionais e Locais» o grupo com maior número (1016), seguindo-se as «Autoridades de Âmbito Nacional» (880), as «Outras entidades Adjudicantes» (744), os «Outros Organismos de Direito Público» (741), e «Entidades do Setor Especial» (81).

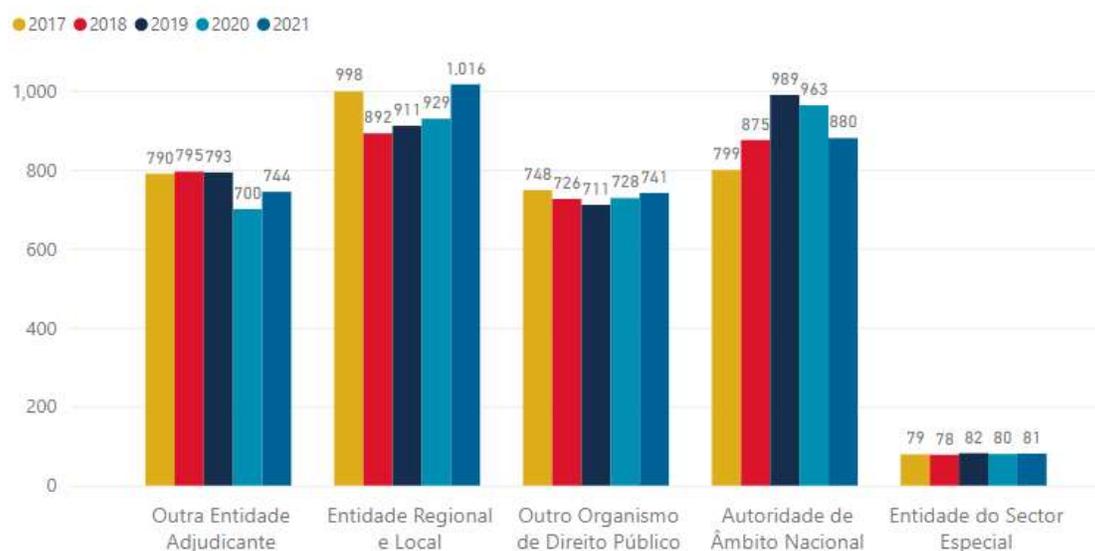
Gráfico 67- Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade (2021)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Por comparação com o ano de 2020, houve um acréscimo do número de entidades em dois dos segmentos, tendo-se registado uma variação positiva mais significativa nas «Entidades Regionais e Locais».

Gráfico 68 - Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade: evolução 2017 a 2021

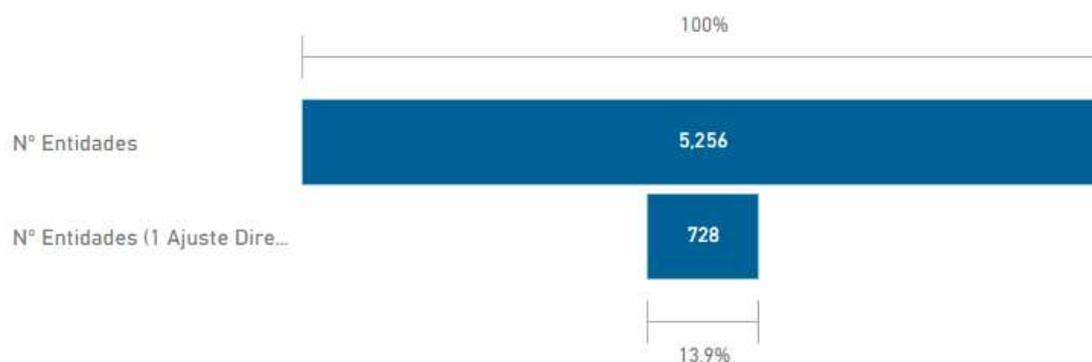


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Apesar do acréscimo de entidades reportantes, o número ainda assim continua a parecer aquém do universo das entidades adjudicantes que, por via da aplicação do Código dos Contratos Públicos, deveriam reportar os procedimentos e contratos ao portal BASE.

Dado que os procedimentos concursais são obrigatoriamente tramitados através de plataformas eletrónicas e estas asseguram a comunicação com o portal, esta subrepresentatividade tenderá a estar, pois, associada às entidades adjudicantes que apenas tenham utilizado o ajuste direto. Acresce que 13,9% das entidades adjudicantes apenas reportaram 1 contrato por ajuste direto (728).

Gráfico 69 - Número de Entidades Adjudicantes que reportaram um único contrato por ajuste direto, ou não reportaram qualquer contrato por ajuste direto, tendo reportado outros contratos



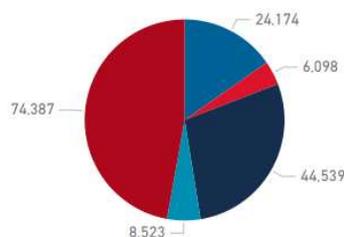
Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No ano de 2021 foram as entidades que integram os «Outros Organismos de Direito Público» (47,2%) e as «Entidades Locais e Regionais» (28,2%) quem maior representatividade teve no número de contratos celebrados. Nos montantes contratuais surgem igualmente os «Outros Organismos de Direito Público» (36,2%) e como segundo tipo de entidades com maior expressão as «Entidades Locais e Regionais», responsáveis por 29,2% dos montantes contratuais.

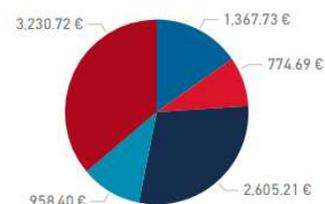
Gráfico 70 - Contratação pública em 2021 por tipo de Entidade

Número de Contratos

- Autoridade de Âmbito Nacional
- Entidade do Sector Especial
- Entidade Regional e Local
- Outra Entidade Adjudicante
- Outro Organismo de Direito Público



Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

As 10 (dez) entidades adjudicantes com maior montante de valores contratuais celebrados representaram 1 228 milhões de euros, sendo representadas em primeiro lugar pelo Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte E.P.E.

8.2. ADJUDICATÁRIOS

O número de operadores económicos com quem as entidades adjudicantes celebraram contratos foi de 178 364, o que representou um aumento de 8,6%, face ao número de adjudicatários de 2020 (164 173).

Quadro 10 - Adjudicatários, por nacionalidade

Localização	Nº Adjudicações (Contrato)	Peso
Portugal	175 239	98,25%
União Europeia	2 183	1,22%
Países Terceiros	942	0,53%
Total	178 364	100,00%

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

A grande maioria dos contratos celebrados no ano de 2021 (175 217, ou seja, 98,24% do número total de adjudicatários) teve como cocontratantessediados em Portugal. Os adjudicatários cuja origem se situa no espaço da União Europeia representaram 1,22% do total de adjudicatários, pertencendo 0,01% a países terceiros.

Gráfico 71 - Entidades adjudicatárias, por nacionalidade: evolução 2017 a 2021

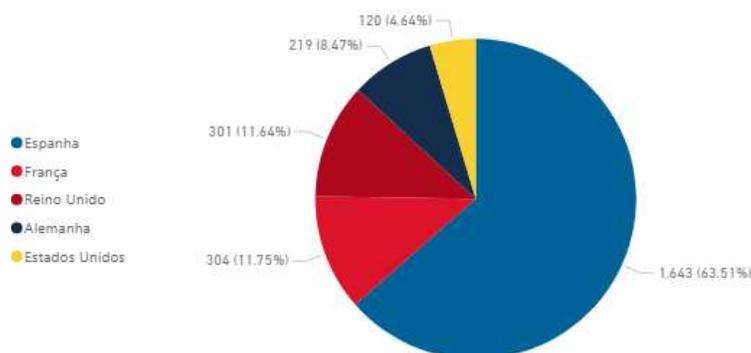


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

8.2.1. ORIGEM DOS ADJUDICATÁRIOS NÃO NACIONAIS

Por origem, o país com maior representação em número de empresas com as quais foi celebrado, pelo menos, um contrato público foi Espanha (1 643), seguida pela França (304) e o Reino Unido (301).

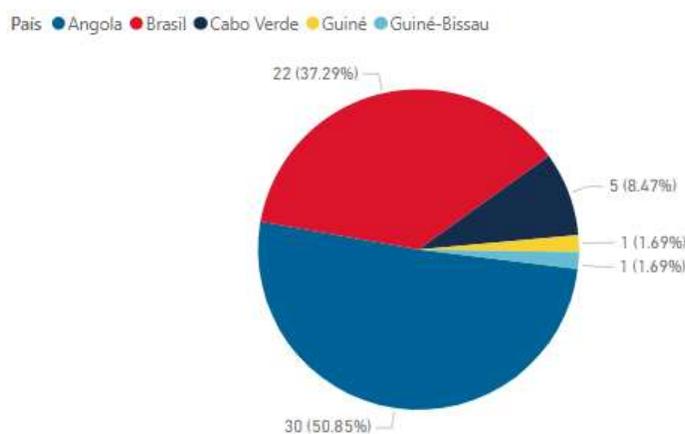
Gráfico 72 - Número de Entidades Adjudicatárias, por país (2021)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Do número de entidades adjudicatárias com origem em países terceiros (942), 59 são oriundas de países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Gráfico 73 – Entidades adjudicatárias oriundas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

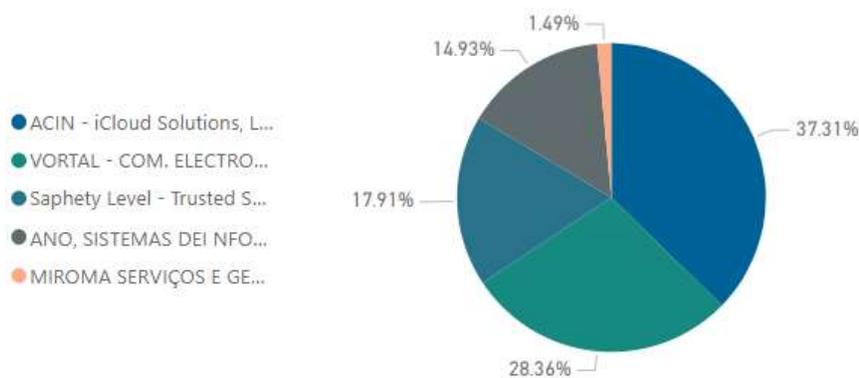
8.3. PLATAFORMAS ELETRÓNICAS

8.3.1. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2021, DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM AS PLATAFORMAS ELETRÓNICAS DE CONTRATAÇÃO

As plataformas eletrónicas da contratação pública são um instrumento central nos mercados públicos, na medida em que por elas são tramitados, obrigatoriamente, os procedimentos concursais. Como vimos, em 2021 foram responsáveis pela tramitação de 55,2% dos procedimentos iniciados naquele ano, a que correspondeu 87,7% do preço base implícito.

Dos contratos celebrados no ano de 2021 tendo como objeto a aquisição de serviços relacionados com a tramitação em plataforma eletrónica certificada dos procedimentos contratuais, dois fornecedores distinguem-se na quota de mercado – Acin Solutions (acinGov) e Vortal Com. Eletronico, Consultadoria e Multi, S.A. – sendo responsáveis por 65,7% do número total de novos contratos.

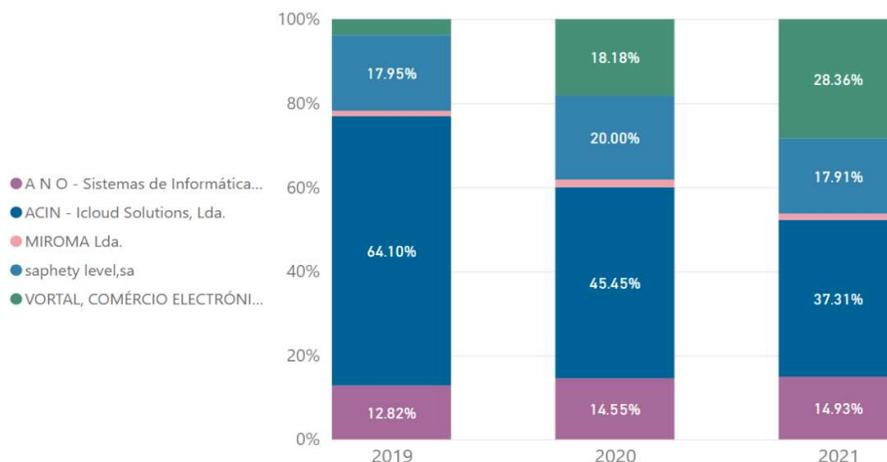
Gráfico 74 - Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Face aos anos anteriores, o mercado das plataformas eletrónicas de contratação pública parece ter evoluído numa maior distribuição. De facto, as três empresas com maior quota, representaram 83,6% do mercado em 2021.

Gráfico 75 - Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada: evolução 2019 a 2021

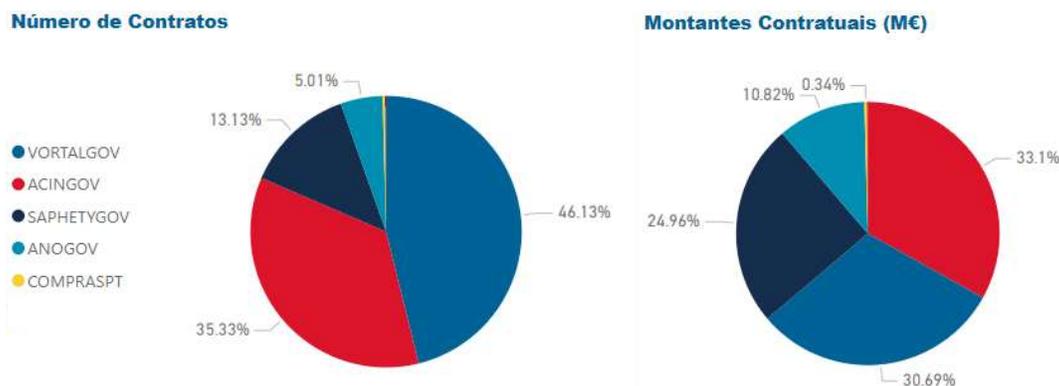


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

8.3.2. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2021 POR PLATAFORMA POR ONDE TRAMITARAM OS RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS

No que respeita ao peso relativo do número e dos montantes contratuais que foram tramitados por plataforma, verifica-se uma concentração em três plataformas (VortalGOV, acinGov e saphetyGov), que asseguraram 94,6% do número de contratos reportados ao portal BASE, e representaram 88,8% do montante contratual global.

Gráfico 76 - Distribuição do número de contratos e dos montantes contratuais tramitados, por plataforma

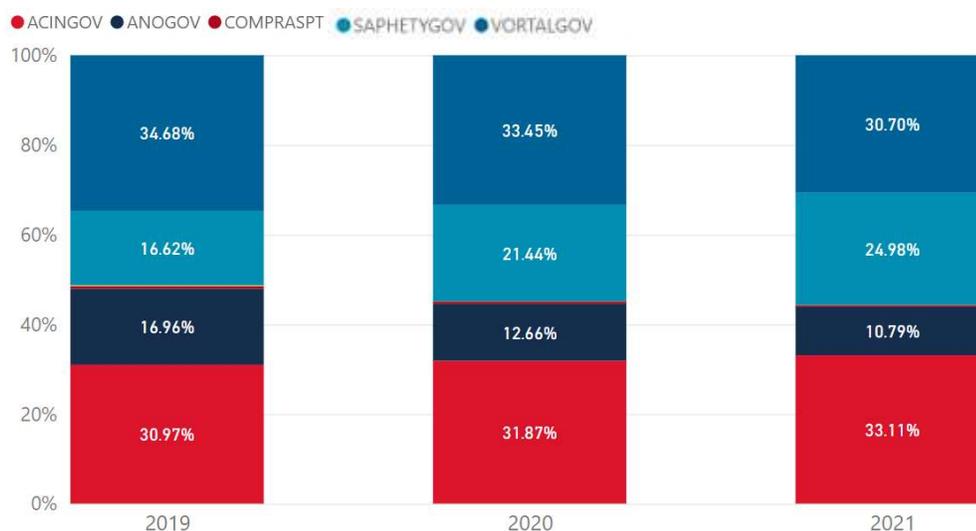


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

A VortalGov teve a preponderância no número de contratos (46,1%). O maior volume contratual (33,1%) foi tramitado pela plataforma acinGov, com 33,1%.

Comparando com o ano de 2020, constatou-se um aumento em 3,54 p.p. da relevância da plataforma saphetyGov, e de 1,24 p.p. da plataforma acinGov, face ao mercado global.

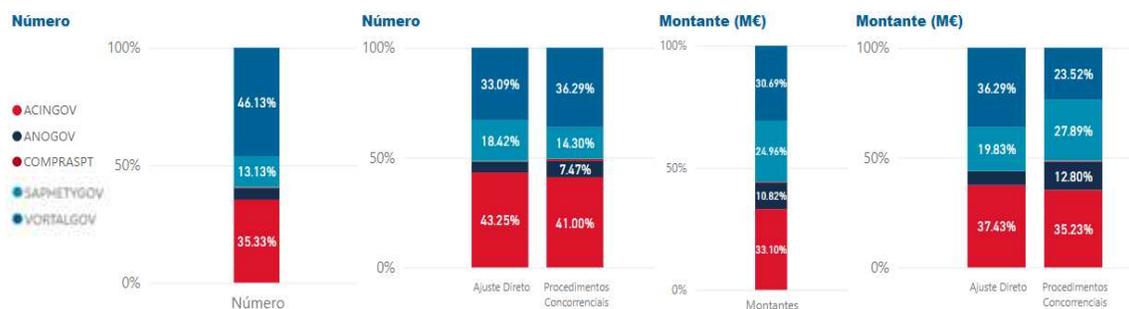
Gráfico 77 - Distribuição dos montantes contratuais, por plataforma: evolução 2019 a 2021



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Por tipo de procedimento utilizado, destaca-se o peso que a acinGov registou nos procedimentos concursais quanto ao número de contratos (41%) em 2021, e o peso da acinGov, no que respeita aos montantes contratuais dos procedimentos concursais (35,23%).

Gráfico 78 - Distribuição dos números e montantes contratuais, por plataforma: ano de 2021



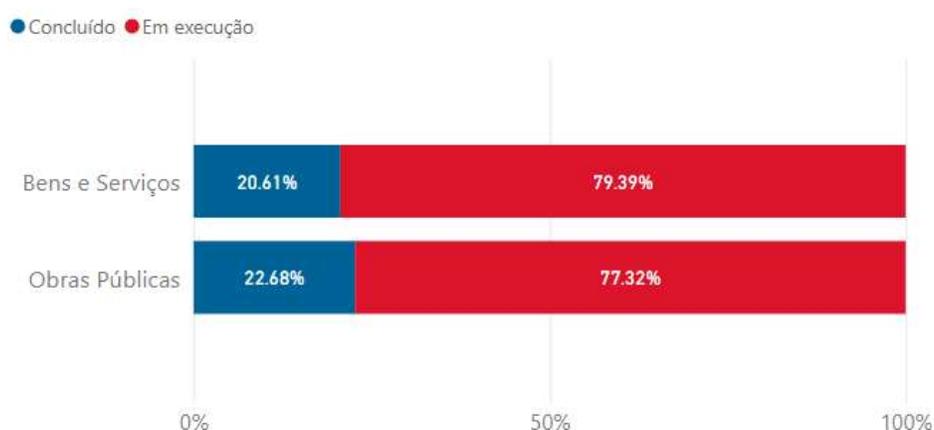
Fonte: portal BASE (outubro 2022)

9. Execução dos Contratos

9.1. DESVIO DE PREÇOS¹²

À data de recolha dos dados para a elaboração do presente relatório (dos contratos celebrados que tinham indicação do preço total efetivo), a taxa de conclusão registada era menor no caso dos bens e serviços (20,61%, referente a 33 307 contratos) do que no caso das obras públicas (22,68%, respeitante a 3 361 contratos).

Gráfico 79 - Contratos com indicação do preço total efetivo

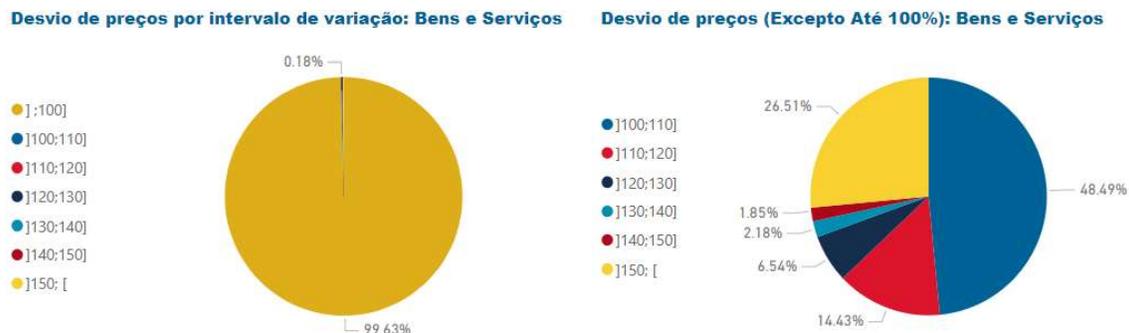


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Confrontando o valor total efetivo de cada um destes contratos com o preço contratual, constata-se que no caso dos bens e serviços em apenas 0,18% dos contratos o preço total final foi superior ao valor contratualmente definido.

¹² Importa ter em conta que o desvio de preços que aqui é considerado tem a ver com a diferença entre o preço total efetivo do contrato e o preço contratual. Não se entra em linha de conta com a natureza dos sobrecustos; por ausência de informação, tais desvios podem dever-se a trabalhos complementares e/ou a menos, a juros indemnizatórios, etc.

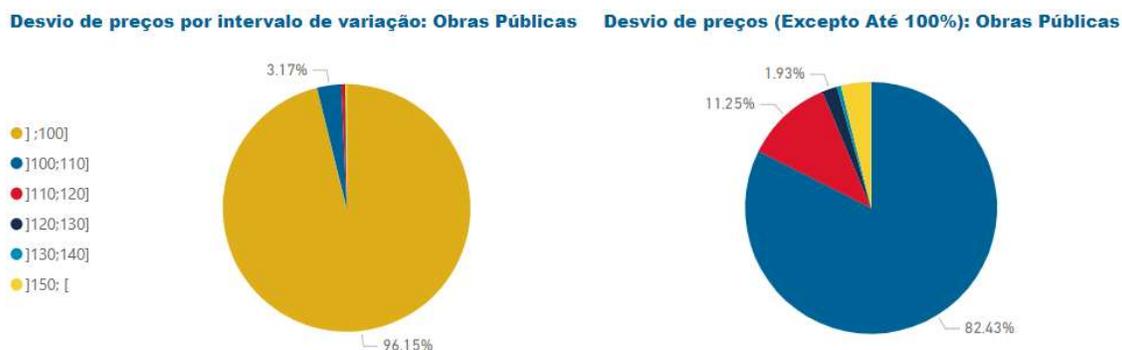
Gráfico 80 - Desvios de preços por intervalo de variação: Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No caso das obras públicas o peso dos contratos em que tal situação sucedeu é ligeiramente superior, mas ainda assim com um valor muito pequeno: em apenas cerca de 4% dos contratos relacionados com obras públicas o valor final foi superior ao valor contratualizado.

Gráfico 81 - Desvios de preços por intervalo de variação: Obras Públicas



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Dos contratos celebrados em 2021 cujo preço total efetivo foi superior ao preço contratual, 650 respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, correspondendo a 16,86 M€.

Gráfico 82 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de contrato

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Por tipo de procedimento, a maioria do número de contratos (60%) e 18% do montante contratual respeitaram a contratos que foram precedidos por procedimentos de ajuste direto.

Gráfico 83 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de procedimento

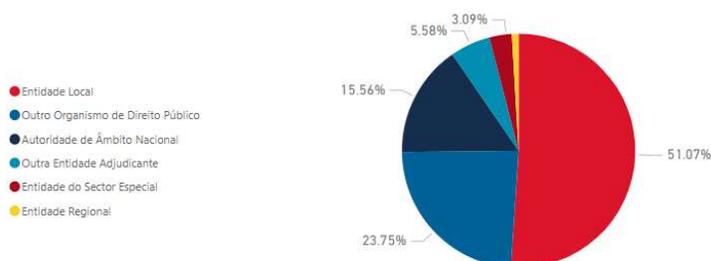


Fonte: portal BASE (outubro 2022)

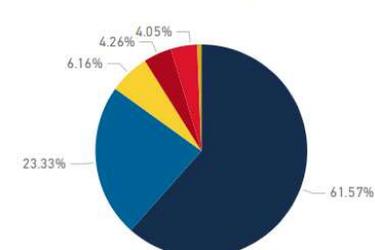
Relativamente ao tipo de entidades adjudicantes que celebraram contratos cujo preço final efetivo foi superior ao valor contratual, foi principalmente nas «Entidades Locais» (51% dos contratos) e nos «Outros Organismos de Direito Público» (24% dos contratos e 23% dos montantes contratuais) e que tal situação ocorreu.

Gráfico 84 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de entidade adjudicante

Número de Contratos



Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

Por tipo de despesa, analisando onde se reportaram o maior número de contratos, destacaram-se o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (53%), seguindo-se a «Construção» (14%) e os «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (10%).

Gráfico 85 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por CPV (número de contratos)



Fonte: portal BASE (outubro 2022)

9.2. DESVIO DE PRAZOS

À data de recolha dos dados para a elaboração do presente relatório, dos contratos celebrados 81%, tinham indicação da duração efetiva do contrato (79,2% no caso dos contratos relativos a aquisição de bens e serviços e 100% relativamente aos contratos relacionados com obras públicas).

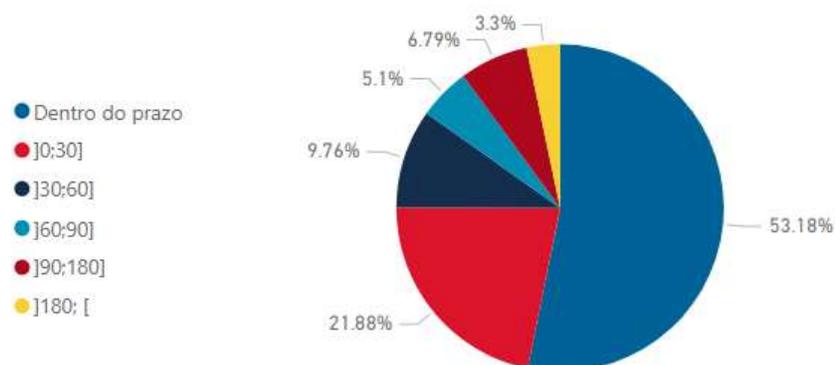
Quadro 11 – Contratos com indicação da duração final do contrato

Contratos	Nº Contratos (Data Publicação)	Nº Contratos Concluídos	Peso
Bens e Serviços	161,104	127,612	79.21%
Obras Públicas	14,785	14,785	100.00%
Total	175,889	142,397	80.96%

Fonte: portal BASE (outubro 2022)

No que respeita ao cumprimento dos prazos de execução contratualmente definidos, no caso dos bens e serviços o prazo contratual não foi respeitado em 46,8% dos contratos. Ainda assim, em apenas 15,2% dos contratos esse prazo foi ultrapassado em mais de 60 dias.

Gráfico 86 - Desvios de prazos por intervalo de variação: Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (outubro 2022)



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 -10 Lisboa · Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt